

Captação de Recursos

Com a técnica do Storytelling é possível conquistar apoiadores para sua causa

Turismo Sustentável

Ecoturismo e geração de renda por meio do artesanato são atrativos do Jalapão

ONG Brasil

Edição de 2011 reuniu quase 10 mil pessoas e promoveu a troca de experiências e conhecimento



Brasil – Edição 55 – 2012



A DÉCADA DO
VOLUNTARIADO

Data criada pela ONU completa
10 anos em 2011 e reúne dados
do voluntariado no Brasil
e no mundo

Deputada federal e fundadora do Instituto Mara Gabrilli fala sobre
engajamento político, acessibilidade e políticas públicas voltadas ao tema

Entrevista
Mara Gabrilli



DUAS OBRAS

Melhor: as **DUAS PRIMEIRAS** obras

A Zeppelini Editorial, responsável pela edição da Revista Filantropia há 10 anos, acaba de lançar duas obras que se comprometem a ajudar na profissionalização do Terceiro Setor. Os livros serão o início de uma série de publicações técnicas voltadas para a gestão de obras sociais, desde a sua concepção até o monitoramento de resultados. Legislação, contabilidade ou prática de voluntariado também farão parte da coleção que se inicia com dois importantes assuntos da prática sustentável: comunicação e captação de recursos.



Um dia de Captador

O livro *Um dia de captador*, de Marcelo Estraviz, baseia-se no relato do dia a dia de um captador de recursos que busca parcerias e financiadores em busca de sustentabilidade para sua instituição. Juntamente com o exemplo da rotina do profissional, o autor traz pílulas com informações técnicas, teóricas e dicas úteis para os captadores de recursos brasileiros.



Accesse o site pelo seu smartphone

Zeppelini Editorial
Autor: Marcelo Estraviz
Ano: 2011 - Edição: 1ª
Número de páginas: 192

R\$
39,90



Comunicação - Visibilidade e Captação de Recursos

O Livro Comunicação – Visibilidade e Captação de Recursos para Projetos Sociais reúne matérias e artigos ligados à comunicação e ao marketing para a área social. Todos os textos presentes no livro já foram publicados na Revista Filantropia, especializada em gestão do Terceiro Setor, ao longo de seus dez anos de existência.

O objetivo do livro é proporcionar aos leitores estratégias de gestão da comunicação que possam incrementar as ações das instituições sociais, levando-as à profissionalização, fator cada vez mais presente no Terceiro Setor.

Zeppelin Editorial & Sebrae

Autor: Marcio Zeppelini

Ano: 2011 - Edição: 1ª

Número de páginas: 208

R\$
39,90

Sumário



04

Entrevista

Mara Gabrielli

Deputada federal fala sobre seu engajamento na causa da acessibilidade e sobre o desenvolvimento de políticas pela inclusão



16

Captação de recursos

Storytelling

Técnica de contar histórias envolve o ouvinte e conquista apoiadores e doadores para causas sociais e ambientais



38

Capa

Voluntariado

Em 2011 foi celebrada a década do voluntariado, data instituída pela ONU, e pesquisas nacionais e internacionais demonstram a força que a atividade tem pelo mundo e seu impacto positivo nas ações sociais



48

Turismo sustentável

Ecoturismo e geração de renda

Repleto de belezas naturais, o Jalapão, no Tocantins, oferece oportunidades de geração de renda à população local

Acontece	08
Ponto de Vista	14
Voluntariado	21
Especial	22
Contabilidade	26
Legislação	29

Sustentabilidade	45
Case Empresarial	52
DataFilantropia	56
Serviços	58
Reflexão	62
Geração de Renda	64



Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br
Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br
Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br
Tel. (11) 2978-6686



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Bela Cintra, 178
CEP 01415-000
São Paulo/SP — Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)
Redação
Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)
Juliana Fernandes (MTB 63.201/SP)
Paula Craveiro
Arte
Cristiane Gonçalves Cabral
Daniel Gallo
Luciana Silva Rodrigues
Rafael Tadeu Sarto
Rodolfo Daufembach Lucas
Ruben Moreira da Silva
Edição
Alba de Souza Wodianer Marcondes
Karina Watanabe
Paloma Ferreira da Silva

Atendimento
Ana Luisa Moraes do Nascimento
Juliana Moraes Barbosa Leal
Moramis Alis Marçal
Gestão Social
Juliana Fernandes
Maurício Dias Lopes
Rogério Ramos Costa
Thais Iannarelli
Administração
Mauro Zeppelini
Raquel Siqueira Gomes
Stefany Martins
William Pires
Comercial
Hilton Rocha da Justa

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasioli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anísia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Lívio Giosa
Marcelo Estraviz
Miliú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



Uma década de desenvolvimento

Enfim, chega o ano de 2012. Previsões nada animadoras para o mundo neste ano enchem as páginas das redes sociais e assustam os mais supersticiosos. Porém, para os otimistas, inicia-se mais uma vez um ciclo, momento de cumprir promessas para o ano que chega e superar obstáculos em busca do desenvolvimento pessoal e da sociedade. Para nós, da Revista Filantropia, este é um ano de comemorações e planejamento para o futuro: em 2012, a publicação completa dez anos de existência e comprometimento com o desenvolvimento do Terceiro Setor no país.

Nestes dez anos, o Brasil passou por mudanças marcantes no que tange o econômico e o social, atingindo o posto de sexta maior economia do mundo – ou seja, país com o sexto maior produto interno bruto medido em dólares à taxa de câmbio corrente. A concessão de crédito aumentou, assim como o consumo das classes C e D. Juntamente com este desenvolvimento, o Terceiro Setor também cresceu e se desenvolveu muito. Além do maior número de organizações, o profissionalismo das instituições se faz presente, e a área social já se configura como opção de mercado para quem acaba de se formar ou para profissionais que migram de outros setores.

Vemos no país instituições mais preparadas, com departamentos específicos e profissionais qualificados graças ao desenvolvimento do setor, assim como o crescente interesse pelo tema. Fundações internacionais, que antes investiam nas instituições locais, agora enxergam no Brasil possíveis fontes de captação de recursos para elas próprias, e procuram se estabelecer no país.

Ao longo destes dez anos, o intuito da Revista Filantropia sempre foi o de promover a profissionalização da gestão do Terceiro Setor, e este trabalho, juntamente com o de diversos profissionais engajados, tem gerado frutos. Obrigada, leitor, pela confiança depositada em nós, e contamos com você para que, nos próximos dez anos, possamos aprimorar ainda mais nosso conteúdo e o apoio à gestão social.

Feliz 2012, e bom trabalho a todos!


Thaís Iannarelli

Jornalista e coordenadora de Gestão Social

Alejandro Mahias



Foto A Lagarta e a Folha, da Exposição “Olhar e Ver”, que retrata diversos temas ligados à natureza, valorizando momentos diferenciados de luz e cor que incidem sobre plantas, flores e paisagens.


Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zepellini.com.br

Parceiros Institucionais





Um novo começo

Exemplo de superação, Mara Gabriilli fala sobre seu trabalho político e social em prol dos portadores de deficiência

Por Juliana Fernandes

Há 16 anos, Mara Gabriilli sofreu um acidente de carro que a deixou sem movimentos do pescoço para baixo. Após os longos meses de internação e recuperação, Gabriilli se dispôs a recomeçar ajudando a melhorar a vida de pessoas que se encontravam nas mesmas condições. O recomeço aconteceu em 1997, quando seu interesse pelas pesquisas científicas voltadas à cura de paralisias resultou na criação da ONG Projeto Próximo Passo (PPP). Hoje, a instituição se expandiu e transformou-se no Instituto Mara Gabriilli (IMG) –, que atua em quatro frentes principais: comunicação educativa e cultural, fomento às pesquisas científicas para cura de paralisias, apoio ao paradesporto e promoção do desenho universal. Em entrevista à **Revista Filantropia**, a publicitária, psicóloga e deputada federal Mara Gabriilli fala sobre acessibilidade, Lei de Cotas e políticas públicas voltadas aos portadores de deficiência no Brasil.

RF: *Em 1997, você fundou a ONG Projeto Próximo Passo com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Hoje, a ONG se expandiu e transformou-se no Instituto Mara Gabriilli. Conte um pouco sobre a iniciativa e sua atuação social.*

MG: Depois que me recuperei do acidente, passei a me interessar por pesquisas científicas para cura de paralisias. Soube que havia uma pesquisa muito forte e avançada em Israel e entrei em contato com um dos cientistas para visitá-los. Quando a viagem se tornou viável, não queria chegar lá simplesmente como uma pessoa que tinha sofrido um acidente. Então, fundei o Projeto Próximo Passo para ao menos me apresentar como presidente de uma organização. Depois disso, consegui trazer esse cientista para o Brasil, onde passou a realizar um trabalho em conjunto com o Hospital Albert Einstein. Desde então, o Instituto Mara Gabriilli é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve e executa projetos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência. Hoje, o IMG também realiza projetos sociais, como o “Cadê Você?”, que localiza pessoas com deficiência moradoras de comunidades carentes da capital e vai até elas para oferecer orientações multidisciplinares e serviços públicos disponíveis.

RF: *Uma das vertentes do instituto é apoiar pesquisas científicas para a cura de paralisias. Como você avalia os avanços dos estudos no Brasil e os métodos de assistência à saúde dos portadores de deficiência?*

MG: O instituto foi fundado primeiramente com o objetivo de apoiar pesquisas científicas. Recentemente colaboramos, através de patrocínio, para que uma cientista indiana trocasse experiência com a pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Lygia Pereira, o que resultou na primeira linhagem brasileira de células-tronco embrionárias, a BR-1. Hoje, o Brasil conta com profissionais, cientistas e pesquisadores de altíssimo nível, como a geneticista Dra. Mayana Zatz, e o brilhante cientista, Miguel Nicolelis. Acho que estamos no caminho certo para, em um futuro próximo, conseguir resultados expressivos nessa área.

RF: *Atualmente, você exerce o cargo de deputada federal pelo PSDB. Porém, já atuou como vereadora na Câmara Municipal de São Paulo e foi a primeira titular da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. Por que resolveu atuar na área política?*

MG: Ao retomar minha vida cotidiana após o acidente em 1994, entendi o que era ser brasileiro com deficiência na cidade de São Paulo. Faltava informação. Faltava

Hoje pagamos o preço pelo fato de o tema acessibilidade ter sido esquecido pelo poder público durante décadas. Precisamos de visão técnica, de vontade política e também da conscientização da população. Precisamos difundir o conceito do Desenho Universal, tanto no que diz respeito ao acesso físico quanto às próprias atitudes

acesso. Faltava muita coisa. De lá para cá, decidi me dedicar a alguma atividade que me permitisse ajudar a melhorar a vida de pessoas. Fundei a ONG Projeto Próximo Passo (PPP), que se tornou o Instituto Mara Gabrilli, e já melhorou a qualidade de vida de muita gente. Eu ainda não tinha percebido, mas, à frente do IMG eu já fazia política. No entanto, percebi que era preciso fazer mais. Era preciso mudar a cidade e seus habitantes e instituir políticas públicas para quem tem uma deficiência ou mobilidade reduzida. Em 2004, tive minha primeira experiência como candidata a vereadora na cidade de São Paulo. Os quase 12 mil votos recebidos despertaram a atenção dos políticos do partido e, a convite do então prefeito José Serra, assumi a inédita Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, o primeiro órgão executivo do país criado especialmente com esta missão. Quando percebi que São Paulo já estava no caminho certo, com os legisladores tendo o olhar voltado para a acessibilidade, senti novamente a necessidade de fazer mais. Então, candidatei-me a deputada federal por São Paulo. Questões como inclusão, acessibilidade e pesquisas científicas precisam ser discutidas em âmbito nacional. Fui eleita e é esse trabalho que venho fazendo desde então.

RF: *Nessa experiência, o que mais impactou positivamente e negativamente?*

MG: O que mais me impactou positivamente foi ver a vontade da Casa em transformar. Quando cheguei, o plenário da Câmara não era acessível e a equipe de lá se empenhou e conseguiu adaptá-lo para que pudesse discursar na tribuna, em condições de igualdade com os demais deputados. Também desenvolveram um *software* para que eu possa votar com o movimento facial, já que não tenho os movimentos das mãos. Outro fato positivo foi ver que, ao contrário da imagem que eu tinha (e que a maioria dos brasileiros tem), grande parte dos legisladores trabalha com vontade e empenho.

RF: *Nos dias de hoje, muito se discute sobre acessibilidade. Mas, o que de fato precisa ser feito para que o discurso saia em sua totalidade do papel e possa ser executado na prática?*


MG: Hoje pagamos o preço pelo fato de o tema acessibilidade ter sido esquecido pelo poder público durante décadas. Precisamos de visão técnica, de vontade política e também da conscientização da população. Precisamos difundir o conceito do Desenho Universal, tanto no que diz respeito ao acesso físico quanto às próprias atitudes. A acessibilidade de um espaço deve ser compatível com o serviço e o tratamento das pessoas. A

construção de rampas deve ser realizada paralelamente com o respeito às diferenças. Quando passarmos por um espaço acessível, é preciso entender a importância dele na vida de muitas pessoas. A sociedade precisa entender que essa questão faz parte da vida do coletivo. Não se trata de um tema isolado, de um segmento ou de uma política específica. Pessoas com e sem deficiência fazem parte de uma mesma nação, de um mesmo regime, chamado Democracia. E não se trata apenas de acesso físico. É uma questão de acesso às oportunidades, de ter chance de desenvolver sua autonomia, uma vida digna e independente dentro das possibilidades de cada um.

RF: *Em 2011, a Lei de Cotas completou 20 anos. Mas, segundo um levantamento realizado pela Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo, a cada dez companhias, quatro não ainda não conseguem cumprir com a legislação. Em sua opinião, por que isso acontece?*

MG: No Brasil, a aplicação dos percentuais da Lei de Cotas é de apenas 21%, em média, pelas empresas. E quando nos referimos às grandes empresas do país, que deveriam ter no mínimo 5% de seus postos de emprego ocupados por pessoas com deficiência, apenas 1,5% das vagas são preenchidas regularmente. A falta de qualificação do trabalhador com deficiência é apontada como um dos principais argumentos dos contratantes para esta realidade desigual. Mas, se as próprias empresas não investirem na capacitação desses profissionais, eles não conseguirão competir em pé de igualdade, uma vez que sua maioria viveu à margem de acessos à saúde, à reabilitação e, principalmente, à educação – responsável por preparar e qualificar qualquer ser humano para a vida profissional.

RF: *Em reconhecimento a sua atuação, você foi eleita a Paulistana do Ano (2007) pela revista Veja São Paulo, figurou entre os Cem Brasileiros Mais Influentes (2008), das revistas Isto É e Época, e foi finalista do Prêmio Claudia 2008 na categoria Políticas Públicas. Como foi receber essas homenagens?*

MG: É o reconhecimento de uma luta que abracei como política e cidadã. Quando um trabalho em prol da melhoria de vida das pessoas é reconhecido, é sinal de que a sociedade está evoluindo, valorizando práticas de cidadania, acreditando em uma política diferente. Fico feliz por saber que estamos no caminho certo e que ainda podemos contar com o bom senso e a esperança de outras pessoas. 



FUNDAÇÃO ABRINQ.
HÁ 20 ANOS A VOZ DAS
CRIANÇAS NO BRASIL.

A Fundação Abrinq é uma instituição sem fins lucrativos que trabalha para que os direitos da criança e do adolescente sejam ouvidos e respeitados em todo o Brasil. E, agora, ao completar 20 anos de atuação, se uniu à Save the Children Alliance, tornando-se também a voz das crianças no mundo. www.fundabrinq.org.br





Maria do Rosário lança a campanha de Mobilização Nacional pela Certidão de Nascimento e Documentação Básica

Mobilização Nacional pela Certidão de Nascimento

O governo federal quer atingir até 2012 a meta das Nações Unidas (5%) para crianças de até 1 ano de idade sem registro civil. Hoje, 6,6% das crianças nessa faixa etária não são registradas no Brasil. Nas comunidades indígenas, o número chega a 32%. Com esse objetivo, foi lançada a Campanha de Mobilização Nacional pela Certidão de Nascimento e Documentação Básica 2011. De acordo com a ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, o país conseguiu, em menos de dez anos, diminuir consideravelmente o número de crianças sem registro de nascimento. Em 2002, o índice de crianças de até 1 ano era 20,9%. "Vamos alcançar, com a busca ativa, aquelas crianças e adultos que ainda não têm o registro. Essa é a nossa estratégia", disse a ministra.

www.sedh.gov.br



A presidenta Dilma Rousseff discursa na cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2011

17ª edição do Prêmio Direitos Humanos

A presidenta da República, Dilma Rousseff, e a ministra de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Maria do Rosário, entregaram a premiação da 17ª edição do Prêmio Direitos Humanos. A cerimônia, realizada no Palácio do Planalto, é a mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas e entidades que se destacaram na defesa, na promoção e no enfrentamento e combate às violações dos Direitos Humanos no país. O prêmio busca contemplar a universalidade dos Direitos Humanos em suas diversas frentes. Neste ano, foram incluídas três novas categorias: Centros de Referência em Direitos Humanos, Garantia dos Direitos da População em Situação de Rua e Diversidade Religiosa.

www.planalto.gov.br



Ministros se reúnem durante a abertura do 8ª Conferência Nacional de Assistência Social

VIII Conferência Nacional de Assistência Social

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) realizou a VIII Conferência Nacional de Assistência Social para avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento. Durante o evento, foram realizadas mais de 20 oficinas, painéis e trabalhos em grupo. Na ocasião, foram avaliadas as propostas encaminhadas através das conferências estaduais, a partir de subtemas como estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS, reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais, fortalecimento da participação e do controle social e centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.

www.mds.gov.br



O plano define as prioridades para 2012 e o foco será o estímulo à leitura

Plano Nacional de Cultura

A ministra da Cultura, Ana de Hollanda, assinou as portarias que estabelecem as metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) e o lançamento das diretrizes para a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). A cerimônia foi realizada na Sala Cássia Eller, da Fundação Nacional de Artes (Funarte), em Brasília. O PNC será implementado até o ano de 2020, e dele fazem parte 53 metas elaboradas com ampla participação da sociedade e também de gestores públicos em todo o país. A solenidade marcou a regulamentação das metas do Plano, o que coloca a cultura como uma política de Estado. "Atingimos a principal meta, que é oficializar os objetivos do PNC", disse a ministra Ana de Hollanda.

www.cultura.gov.br



Dilma Rousseff esteve entre os presentes na cerimônia de abertura

3ª Conferência Nacional de Políticas

Cerca de 3 mil pessoas participaram da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Durante os quatro dias de trabalhos, foram discutidos o fortalecimento da autonomia financeira, social e cultural da mulher, a erradicação da extrema pobreza, a construção de mais creches e a consolidação da cidadania feminina. Dois pontos, porém, tiveram maior repercussão: a adoção de medidas que garantam a autonomia financeira das mulheres, como capacitação profissional, e a ampliação da licença maternidade de quatro para seis meses. O evento aconteceu em Brasília e contou com a presença da ministra de Políticas para as Mulheres (SPM), Iriny Lopes.

www.sepm.gov.br



O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, discursa na regulamentação do programa Ciência sem Fronteiras

Programa Ciência sem Fronteiras

O governo federal lançou editais para selecionar estudantes brasileiros interessados em cursar o ensino superior no exterior. Os editais fazem parte do Programa Ciência sem Fronteiras e oferecem 12,5 mil bolsas para cursos de graduação em cinco países. Na cerimônia de lançamento, no Palácio do Planalto, a presidenta Dilma Rousseff também assinou o decreto que regulamenta o programa. Ela destacou a importância da qualificação dos profissionais para futuramente atuarem no Brasil. “Nossos desafios são grandes, o Brasil é um país complexo, precisamos enfrentar nossas dívidas históricas, como a extrema pobreza e a elevação da competitividade da nossa economia, por meio da ciência e tecnologia”.

www.cienciasemfronteiras.gov.br

Mata atlântica terá 320 pontos estudados

A mata atlântica fluminense vai passar por um raio-X. Durante todo o ano, cinco equipes formadas por cinco especialistas da Secretaria Estadual do Ambiente farão o inventário da biodiversidade de 320 pontos da floresta em todo o Estado. Segundo a superintendente de Biodiversidade e Florestas da secretaria, Alba Simon, o objetivo é determinar a situação real da mata atlântica para que possam ser implantadas políticas públicas mais efetivas de conservação da floresta. A conclusão do inventário nos dirá em que situação se encontra a mata atlântica”, disse Alba ao explicar a pesquisa, que terá apoio de especialistas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

www.agenciabrasil.ebc.com.br

Plano Plurianual 2012 a 2015

A 2ª Conferência Nacional de Juventude discutiu políticas públicas para os jovens. As políticas farão parte do Plano Plurianual 2012 a 2015 e integram o Programa Autonomia e Emancipação da Juventude. Dentro do programa há ações para garantir aos jovens acesso às políticas públicas, apoio a microprojetos para a promoção cultural da juventude, parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra as mulheres jovens. A secretária nacional de Juventude, Severine Macedo, disse que uma dessas políticas é a construção da Estação da Juventude – local onde os jovens terão acesso a políticas públicas, a tecnologias da informação e da comunicação.

www.agenciabrasil.ebc.com.br

Campanha de respeito aos idosos no transporte público

As comissões de Transportes e de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) lançaram uma campanha de respeito aos idosos no transporte público. A iniciativa visa conscientizar motoristas e passageiros sobre o respeito aos idosos. De acordo com a deputada Claise Maria Zito (PSDB), outras medidas serão tomadas para intensificar a campanha. Serão propostos, por exemplo, cursos de reciclagem para atender melhor às pessoas com direito à gratuidade. De acordo com as informações, a Comissão da Criança, do Adolescente e do Idoso registra todos os dias uma média de 15 denúncias de maus-tratos a idosos. A expectativa é que, com a campanha, este número caia ainda este ano.

www.alerj.rj.gov.br

Rio Poupa Tempo nas comunidades pacificadas

As comunidades pacificadas da Rocinha e do Cantagalo serão as primeiras a receber as unidades do programa Rio Poupa Tempo, criado pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja) com objetivo de reunir, em um mesmo Espaço físico, entidades privadas e públicas, ligadas ao município, estado e governo federal, de maneira a oferecer à população serviços de utilidade pública com qualidade, eficiência e rapidez. Entre os mais de 400 serviços oferecidos pelo Rio Poupa Tempo, os mais procurados são carteira de identidade, RioCard (cartão de transporte) e defensoria pública, revelou a coordenadora do programa, Fátima Tenório.

www.rj.gov.br



Jovens registraram imagens do Complexo da Maré durante o workshop

Terceira edição do Peixe do Bem

O Peixe Urbano lançou a 3ª edição do Peixe do Bem – um programa de responsabilidade social que utiliza o alcance do site e a força do modelo de compras coletivas para realizar, junto aos seus usuários, uma mobilização social em prol de fundações beneficentes. Nesta edição, a empresa doou ao Instituto Vida Real, que já auxiliou mais de 1.700 jovens a se capacitarem para o mercado profissional, R\$ 5 para cada cupom vendido através de uma oferta especial. Com o dinheiro arrecado, o instituto ofereceu um *workshop* de Fotografia para 20 jovens do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Ao final do curso, os alunos fizeram cliques mostrando o lado bom da comunidade.

www.peixurbano.com.br



Consultório móvel do projeto Ford Odontomóvel

Ford Odontomóvel

O Ford Odontomóvel, consultório odontológico móvel, promoveu dois atendimentos importantes no Estado de São Paulo. O projeto esteve em Sorocaba e finalizou o ano na Rua Ferreira Pena, em uma comunidade no bairro do Butantã, em São Paulo. A iniciativa, idealizada pelo cirurgião dentista Cássio de Melo, ofereceu gratuitamente procedimentos como profilaxias, raspagem, restaurações, cirurgias e atendimentos emergenciais, além de orientar os caminhoneiros de todo o país sobre a prevenção da saúde bucal. Os procedimentos foram realizados dentro de um caminhão Ford Cargo 815 eletrônico com baú, o famoso Odontomóvel – um consultório móvel completo que já percorreu 22 estados brasileiros e mais de 400 mil quilômetros.

www.ford.com.br



Todo lixo recolhido foi reciclado por cooperativa parceira da empresa

Coca-Cola realiza coleta seletiva no Fashion Rio

A Coca-Cola Brasil participou pela terceira vez do Fashion Rio, que aconteceu no Pier Mauá (RJ). Na ocasião, a empresa aproveitou para reforçar sua estratégia de sustentabilidade e foi novamente responsável pela coleta seletiva da semana de moda. Na última edição do evento, foi recolhida cerca de uma tonelada de lixo. A ação foi realizada por 70 catadores da cooperativa Socitex, que é parceira do programa "Reciclou, Ganhou", do Instituto Coca-Cola. Latas de lixo separadas por cores foram espalhadas pelo local e todo o material recolhido foi levado para o galpão da cooperativa para ser separado, classificado e enviado para a indústria de reciclagem.

www.institutococacola.org.br



Equipe L'Oréal Brasil no Torneio Gol de Letra

Gol de Letra da L'Oréal Brasil

A L'Oréal Brasil reafirmou o seu comprometimento com a responsabilidade social ao participar da 5ª edição do Torneio Gol de Letra, no Rio de Janeiro. O campeonato teve como objetivo integrar os funcionários das empresas participantes por meio de partidas eliminatórias realizadas entre os dias 3 e 4 de dezembro, no Centro de Futebol Zico, localizado no Recreio dos Bandeirantes. O evento teve todos os recursos revertidos para a Fundação Gol de Letra, uma organização não-governamental criada em 1998 pelos ex-jogadores de futebol Raí e Leonardo, que atende mais de 1.300 crianças e jovens de comunidades por meio de atividades educativas, fortalecimento familiar e desenvolvimento comunitário no Rio e em São Paulo.

www.loreal.com.br



Vencedores nacionais da 9ª edição do Prêmio Itaú-Unicef



Os formandos da 8ª turma do Projeto Pescar Renner Porto Alegre

Conselho de Sustentabilidade

Para reforçar suas práticas de sustentabilidade e agregar conhecimento ao seu atual projeto, a Suzano Papel e Celulose anunciou a criação do Conselho de Sustentabilidade, que vai analisar e debater matérias relevantes e estratégicas para o posicionamento da empresa perante o tema, debatendo diretrizes que serão implementadas corporativamente. Com a participação de conselheiros independentes, que têm a missão de trazer para a Suzano a visão externa à companhia, enriquecendo o processo de evolução em suas práticas, o Conselho de Sustentabilidade irá propor diretrizes para um processo decisório eficiente e que permeie a missão e a visão da empresa.

www.suzano.com.br

Ação Comunidade da Gerdau

As usinas produtoras de aços especiais da Gerdau no Brasil reuniram mais de 6 mil pessoas, entre colaboradores da empresa, alunos de escolas da região, população e autoridades no Ação Comunidade. O objetivo do evento foi promover um momento de reflexão coletiva sobre qualidade de vida, meio ambiente e segurança. A ação aconteceu simultaneamente nas cidades de Pindamonhangaba (SP), Mogi das Cruzes (SP), Sorocaba (SP) e Charqueadas (RS), e contou com o apoio das prefeituras e órgãos ambientais locais. A programação do Ação Comunidade foi coordenada pelo Instituto Gerdau, responsável pelas políticas e diretrizes de responsabilidade social da companhia.

www.gerdau.com.br

Fundação Itaú Social e Unicef premiam ações educativas

A 9ª edição do Prêmio Itaú-Unicef chegou à sua fase final. A iniciativa, que bateu recorde de inscrições, é pioneira ao estimular experiências de educação integral no Brasil. Criado em 1995, com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), o prêmio tem como objetivo reconhecer e estimular o trabalho de organizações sem fins lucrativos que contribuem, em articulação com políticas públicas de educação e assistência social, para ampliar a aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens. *Educação Integral: Experiências que transformam* foi o mote desta edição, que estimulou a reflexão sobre ações educativas que transformaram a vida das comunidades.

www.premioitaunicef.org.br

Projeto Pescar das Lojas Renner forma 8ª turma

A Renner comemorou a formatura da 8ª turma do Projeto Pescar, em Porto Alegre. Os 13 jovens, que durante oito meses participaram do curso de Iniciação Profissional em Qualidade no Atendimento ao Cliente, receberam o Certificado de Conclusão em uma cerimônia realizada na sede da rede. “É muito gratificante entregar o diploma para estes jovens, especialmente por saber que a grande maioria fica na companhia depois da formatura”, contou a presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Lojas Renner e diretora de Recursos Humanos da Lojas Renner, Clarice Martins Costa. Mantenedora da Fundação Projeto Pescar desde 2004, as Lojas Renner possuem quatro unidades de capacitação, com foco em atendimento ao cliente e logística.

www.projetopecar.org.br

Instituto Claro promove oficinas gratuitas

O Estado do Rio Grande do Sul recebeu, pela primeira vez, o projeto Laboratório – Experimentações Audiovisuais. O objetivo da iniciativa foi levar oficinas de produção de vídeo, com atividades práticas e teóricas que vão desde a estruturação da ideia até a captação e edição das imagens. A programação alternou exposições e debates sobre as oportunidades de experimentação e aprendizado audiovisual no país. O projeto integra a plataforma pedagógica do Festival Nacional de Curtíssima Metragem – Claro Curtas, uma iniciativa do Instituto Claro, criada com o objetivo de estimular, difundir e valorizar a produção audiovisual realizada a partir de celulares, câmeras digitais, *webcams* e outros dispositivos móveis no Brasil.

www.projetoLaboratorio.com.br/rs

O Futuro Promete. Eu Quero Chegar Lá

A Herbalife, empresa global de nutrição e vendas diretas, aderiu ao movimento de estímulo à qualidade de vida O Futuro Promete. Eu Quero Chegar Bem Lá. A proposta é incentivar hábitos saudáveis, como a boa alimentação, e combater o sedentarismo. Tendo como mote a nutrição para uma vida melhor, a empresa é uma das marcas apoiadoras da campanha, cujo lançamento oficial aconteceu no Teatro do World Trade Center (WTC), em São Paulo. O movimento quer chamar a atenção para o futuro promissor, já que a expectativa média de vida do brasileiro cresce a cada ano, paralelamente ao avanço da medicina. O movimento tem o apoio da Associação Médica Brasileira (AMB) e do Conselho Federal de Medicina (CFM).

www.herbalife.com.br



Obras alusivas ao símbolo e à cor da campanha do Dia Mundial do Diabetes

ADJ promove continuidade da exposição “Sem açúcar, com afeto”

A ADJ Diabetes Brasil reforçou a parceria com a Associação Brasileira dos Artistas Plásticos de Colagem para expor as obras que remetam ao símbolo mundial do diabetes. A iniciativa reuniu 15 artistas plásticos, pertencentes à Associação Brasileira de Artistas Plásticos de Colagem (ABAPC), que aderiram à campanha oferecendo sua arte com obras alusivas ao símbolo e à cor da campanha do Dia Mundial do Diabetes: um círculo azul. Em cada obra estava refletido o sentimento do artista e a forma com que interpretam a nova realidade do diabetes, enfrentado hoje por mais de 10 milhões de brasileiros. Com o prosseguimento destas ações, a entidade espera aumentar a conscientização sobre a doença.

 www.adj.org.br



Campanha enfatiza a importância de ser voluntário

Ser voluntário vale a pena

O Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial (CBVE) promoveu a campanha Ser voluntário vale a pena, uma extensão da campanha “O Planeta é Voluntário” para as redes sociais. O objetivo foi sensibilizar as pessoas, por meio de histórias e declarações de voluntários, e mostrar que o ato de ser voluntário vale a pena e pode ser mais simples do que se imagina, alinhado aos conhecimentos e talentos de cada um. Além disso, a campanha pretendeu destacar que o voluntariado é transformador para todos que se envolvem. Por meio da hashtag #servoluntariovaleapena no Twitter, todos puderam participar com o envio de mensagens ou efetuar postagens em blogs, seja contando suas próprias histórias ou aderindo à causa.

 www.cbve.org.br



Consumidores utilizam sacolas de tecido em substituição às de plástico

Vamos Tirar o Planeta do Sufoco

Com o apoio da Prefeitura de São Paulo, a Campanha Vamos Tirar o Planeta do Sufoco contabilizou o sucesso das ações de sustentabilidade em 2011. Entre as conquistas está a de que os consumidores não encontrarão mais as sacolas descartáveis nos supermercados. Somente as três grandes redes supermercadistas (Grupo Pão de Açúcar, Carrefour e Walmart) deixarão de distribuir 1,7 bilhão de sacolas descartáveis em suas 600 lojas no Estado de São Paulo. Como alternativa, eles irão oferecer, a preço de custo, sacolas biodegradáveis compostáveis, feitas de amido de milho, e sacolas reutilizáveis, além de incentivar outras formas de transporte. A cidade de Jundiaí (SP) foi a primeira a implantar a campanha de conscientização, em 31 de agosto de 2010.

 www.vamostiraroplanetadosufoco.org.br



Fundadora da Escola de Gente, Claudia Werneck, recebe o prêmio da presidente Dilma Rousseff

ONG Escola de Gente conquista de Prêmio Direitos Humanos

A ONG Escola de Gente – Comunicação em Inclusão recebeu da ministra Maria do Rosário e da presidente Dilma Rousseff, em cerimônia no Palácio do Planalto, o Prêmio Direitos Humanos 2011, na categoria “Garantia dos Direitos das Pessoas com Deficiência”. Concedido pela Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, o prêmio é considerado a mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas e entidades que combatem as violações dos Direitos Humanos no país. Para a Escola de Gente, a conquista é um reconhecimento pelo trabalho de quase 10 anos dedicados a criar, monitorar e praticar políticas públicas inclusivas para pessoas com deficiência.

 www.escoladegente.org.br



Portal Eco4

A campanha da WWF foi realizada pela agência espanhola Contrapunto BBDO

Desertificação é tema de campanha da WWF

Em um esforço para chamar atenção do público sobre os problemas causados pela desertificação, a WWF lançou uma nova campanha. Nos anúncios, a falta de preservação do meio ambiente é retratada por um elefante, um leopardo e um bando de araras transformadas em pó. De acordo com a organização, a estimativa é que a desertificação destrua cerca de 6 mil espécies em todo o mundo. O processo ocorre com a degradação do meio ambiente, causada, principalmente pelo uso inadequado do solo e da água nas atividades agropecuárias. A desertificação é considerada um problema global, pois ocorre em mais de 100 países no mundo. A cada ano, 2,7 bilhões de toneladas de solo e 33% da superfície terrestre ficam em risco.

 www.wwf.org.br



Divergência

O Jantar de Gala da Make-A-Wish 2011 arrecadou mais de R\$ 700 mil

Jantar de gala anual da Make-A-Wish Brasil

“Acredite no poder dessa estrela”. Este foi o tema da terceira edição do tradicional Jantar de gala anual da Make-A-Wish Brasil – instituição filiada à Make-A-Wish Foundation International. O evento aconteceu no Grand Hyatt São Paulo, e teve como objetivo arrecadar fundos para a realização de desejos de crianças e adolescentes com doenças graves. A programação da noite contou com um coquetel, jantar, música ao vivo e um leilão beneficente de experiências. Entre elas estavam viagens de luxo, ingressos de primeira fila no Wimbledon, experiências gastronômicas em restaurantes renomados, passeios em Harley Davidsons e outros. O evento contou com a presença do apresentador Rodrigo Faro como mestre de cerimônia.

 www.makeawish.org.br

INCA gerencia rede nacional de pesquisa clínica

O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) será o responsável pela gestão e operacionalização financeira da Rede Nacional de Pesquisa Clínica em Câncer (Rnpcc). Instituída pela Portaria 12 da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (Sctie/MS), a rede tem o objetivo de articular instituições de pesquisa clínica em câncer, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e assim promover a realização de ensaios clínicos e qualificação profissional. A criação da rede faz parte de uma estratégia para a redução do déficit da balança comercial neste setor através do incentivo à produção nacional de fármacos e medicamentos.

 www.inca.gov.br

Campanha pela infância brasileira

A Legião da Boa Vontade (LBV) iniciou em todo o Brasil a edição 2012 de sua campanha Criança Nota 10 — Sem Educação não há Futuro! A iniciativa tem por objetivo despertar em meninas e meninos de 6 a 12 anos maior interesse pelos estudos, assim como ajudar os pais que não têm recursos para adquirir o material escolar. Serão entregues uniformes e mais de 12 mil kits pedagógicos a crianças e adolescentes atendidos por meio do programa LBV — Criança: Futuro no Presente!, aplicado nos Centros Comunitários de Assistência Social da instituição em dezenas de cidades brasileiras, e a alunos das escolas que a Legião da Boa Vontade mantém em Belém (PA), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Taguatinga (DF).

 www.lbv.org.br

ONU lança Década da Biodiversidade (2011-2020)

Durante os anos 2011 a 2020, a ONU quer implementar planos estratégicos de preservação da natureza e encorajar os governos a desenvolver e comunicar resultados nacionais na implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade. Estes são os objetivos da “Década da Biodiversidade”, lançada pelas Nações Unidas na cidade de Kanazawa (Japão). “Garantir um verdadeiro desenvolvimento sustentável para o crescimento da família humana depende da diversidade biológica, dos bens vitais e dos serviços que ela nos oferece”, destacou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, em mensagem lida pelo subsecretário-geral para Comunicação e Informação Pública das Nações Unidas, Kiyo Akasaka.

 www.onu-brasil.org.br

Campanha #eufaçoadiferença

No momento em que completa 10 anos de atividades no país, a CARE Brasil se une a grandes empresas de diferentes setores para realizar uma campanha de engajamento. A iniciativa, que tem seu foco na internet, com complementação em TV e cinema, tem como objetivo estimular o público a mostrar que cada um de nós pode fazer a diferença com atitudes positivas. A campanha contará, ainda, com a mobilização de formadores de opinião para que divulguem a causa, além de *banners* digitais em sites, portais e blogs. Qualquer pessoa pode aderir ao movimento pelo Twitter usando a *hashtag* #eufaçoadiferença e contando em sua *timeline* como faz a diferença em seu dia a dia. Também será possível participar da campanha enviando fotos pelo Instagram.

 www.care.org.br



Simple Social

Sugestão de adaptar as regras do Simples Nacional para instituições do Terceiro Setor, defendida por José Chapina Alcazar, facilitaria atuação das organizações

Por Thaís Iannarelli

Em 2011, o Senado aprovou um projeto de lei que traz algumas alterações ao Simples Nacional, regime tributário que simplifica o pagamento de tributos para micro e pequenas empresas. Pensando em levar o mesmo benefício às instituições do Terceiro Setor, José Maria Chapina Alcazar, presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP) sugere que a criação de um sistema simplificado de tributos poderia desenvolver o segmento. “São entidades que têm o importante papel de complementar o dever do Estado, e por isso precisam de incentivo e simplificação”, explica.

Promulgada em novembro de 2009, a lei nº 12.101 trouxe complexidade à regulamentação do Terceiro Setor no país. Segundo o presidente do Sescon-SP, o “Simple Social” proporcionaria tratamento diferenciado para o Terceiro Setor, por exemplo, com redução do custo de suas folhas de pagamento e desburocratização na obtenção e renovação dos certificados de registro da organização. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Chapina fala sobre a sugestão da criação do novo sistema, que conta com o apoio da Associação Paulista de Fundações (APF).

Revista Filantropia: No que se baseia exatamente a criação do Simple Social?

José Chapina Alcazar: Seria um projeto de lei semelhante ao Simples Nacional, regime tributário que simplifica o pagamento de tributos para micro e pequenas empresas. O mecanismo, voltado ao Terceiro Setor,

poderia conferir incentivo e simplificação a estas entidades, que têm o importante papel de complementar o dever do Estado. A intenção é diminuir os encargos e tirar a tributação excessiva. Se uma microempresa pode ser tributada pelo Simples, uma empresa social também poderia seguir o mesmo critério.

RF: O projeto está em andamento?

JCA: Há uma articulação em andamento com parlamentares em Brasília para a transformação da proposta do Simples Social em projeto de lei. A sugestão de criação do novo regime conta com o apoio da Associação Paulista de Fundações que, juntamente com o Sescon-SP, faz parte da Frente Brasileira do Terceiro Setor, movimento que visa à valorização do segmento.

RF: Existiria algum critério para estabelecer quais instituições se enquadrariam no Simples, assim como no Simples Nacional?

JCA: O Terceiro Setor no Brasil é formado por organizações não-governamentais, entidades filantrópicas, condomínios em edifícios, entidades de mediação e arbitragem e outras formas de associações civis sem fins lucrativos. Um regime tributário nos moldes do Simples Nacional direcionado ao segmento impulsionaria a justiça social. As regras ainda não foram definidas, mas um dos pontos importantes é uma nova política tributária que incentive a doação para que as ONGs não precisem depender de


repasso governamental, mas que conte com a participação do cidadão.

As regras ainda não foram definidas, mas um dos pontos importantes é uma nova política tributária que incentive a doação para que as ONGs não precisem depender de repasse governamental, mas que conte com a participação do cidadão

RF: Que impacto a criação do Simples teria na prestação de contas das instituições?

JCA: O Simples Social proporcionaria tratamento diferenciado para o Terceiro Setor, por exemplo, com redução do custo de suas folhas de pagamento, isenção de taxas de cartório na abertura dessas organizações e a desburocratização na obtenção ou renovação de registros das entidades.

RF: De modo geral, como isso afetaria o Terceiro Setor no Brasil? Facilitaria a situação das instituições em que sentido?

JCA: Pela legislação atual, essas entidades já são consideradas imunes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Com a desoneração da cota patronal à Previdência Social, por exemplo, a redução nos custos seria de 20%, pelo menos. A criação do Simples Social seria também uma forma de a entidade se estruturar e de diminuir a informalidade, no caso das pequenas. 

ASSISTA AO PROGRAMA IN-DEPENDENTE COM UM NOVO FORMATO.
MAIS DINÂMICO E EDUCATIVO.

Drogas, quem se informa se previne.

AOS DOMINGOS,
ÀS 18H45,
NA TV SÉCULO 21

com
SANDRA MARIA SAHD



TV SÉCULO 21

Assista ao programa em tempo real
pelo site www.tvseculo21.org.br

Apoio:

Super Linda 

AGINALDO
CABELOS

Uma boa história para contar mobiliza pessoas, conquista apoiadores e traz recursos



Fabiana Dias

maisargumento@gmail.com

Jornalista e relações públicas, conta histórias de organizações sociais e iniciativas preocupadas em fazer o bem há 14 anos. É diretora da MAISARGUMENTO – COMUNICAÇÃO DE SIGNIFICADO e atua com gestão de relacionamentos e desenvolvimento institucional.

“Era uma vez uma época em que o mundo era muito populoso e existia de uma forma muito desordenada. Milhões de pessoas passavam fome, e algumas já nem sabiam mais o que fazer com tanto dinheiro; uma época em que o homem teve tanto conhecimento como jamais imaginamos e em que a tecnologia podia ajudá-lo a fazer coisas brilhantes. Mas, mesmo assim, a maioria dos seres humanos sofria e o planeta estava sendo gravemente destruído. Era uma época em que muitos agiam orientados por propósitos mesquinhos e não se reconheciam como seres interdependentes. É, as coisas andavam mal naquele período. Os valores estavam de ponta cabeça e as pessoas destruíam a si mesmas e aos recursos que as mantinham vivas. Elas pareciam não perceber que construíam o fim da humanidade. Mas, em meio àquela tristeza toda, uma mudança começava a acontecer. Não se sabe precisamente o porquê, mas algumas poucas pessoas incríveis surgiam como fortes luzes na escuridão daquela história, sabendo que era preciso romper com esse padrão de destruição. Uma aqui, outra ali, tímidas ainda, mas extremamente visionárias, otimistas e criativas. Começaram a trabalhar com causas. Você sabe o que é ter uma causa? Foram elas que mudaram nossa história e nos permitiram continuar. Corajosas, apaixonadas. Pouco a pouco, fizeram o mundo perceber que todos os seres são interligados, que as florestas são fundamentais que as crianças têm direitos, que a água pode acabar, que precisamos ter atenção aos idosos, que a saúde não pode ser um privilégio, que a educação é transformadora, que o lucro a todo custo pode ser muito perigoso. Trouxeram novidades, valorizaram a criatividade, falaram de comércio junto, de financiamento colaborativo, de direitos, de diversidade, de natureza. E sabe como elas mudaram o mundo? Com histórias que mexem com o nosso coração e transformam nossa existência”.

Esta poderia ser uma história contada no futuro, sobre o tempo que vivemos hoje. Somos personagens desta história e estamos mudando o mundo. Temos causas, temos práticas social e ambientalmente corretas, e sabemos que todas as pessoas do mundo podem ser mais felizes acreditando e praticando coisas boas também.

Você já tentou convencer seu vizinho a separar o lixo para reciclagem? Adianta falar que aquela embalagem plástica que ele jogou junto com a comida vai demorar 450 anos para se decompor? Experimente. Com esse argumento, pouca coisa muda. Sabe por quê? Porque as coisas muito objetivas são pouco mobilizadoras. Você deu a ele um dado frio, deslocado da complexidade do

assunto (veja em quanta coisa se pode pensar: embalagens, lixo, catador, lixão, contaminação, o mundo coberto por lixo, animais morrendo por terem engolido plástico, enchente... e por aí vai). Mas ao transformar esse pedido em uma história, mexe com a sensibilidade e com as emoções da pessoa, e suas chances de fazer o vizinho separar o lixo aumentam muito. E mais, ele pode se recusar a comprar coisas com muitas embalagens, começar a compostar os restos de alimento e sair por aí contando aquela sua história para muita gente.

Storytelling, como também se pode chamar a técnica de contar histórias, é uma excelente ferramenta para que organizações sociais, movimentos e ativistas consigam

trazer suas causas para o campo dos valores. É uma maneira de prepará-los para contar histórias sobre sua causa, suas ações e seus planos de forma mais atrativa e sensível, proporcionando melhores resultados em engajamento de simpatizantes, apoiadores e parceiros. Esta é uma técnica eficaz que contribui com situações de captação de recursos, lançamento de campanhas, formação de parcerias e muitas outras situações em que é preciso que outras pessoas se envolvam verdadeiramente com sua organização.

Como fazer?

É importante dizer que há sempre muitas maneiras. Mas, para começar, vamos ao elementar. Para estruturar bem sua história, pense primeiro no que quer contar, para quem e com qual finalidade. Comece fazendo um roteiro de fatos. Você pode falar do contexto, do personagem, do seu grande desafio, de como ele foi conseguindo construir a história, do que alcançou e da lição que isso nos traz.

Ao construir o ambiente (físico, psicológico) para dar uma noção do contexto da história, seja descritivo. Escolha palavras que ajudem as pessoas a formarem imagens da sua história. Aqui, você precisa ajudar seu interlocutor a compreender o porquê da situação.

Então, surge o personagem (a sua organização ou as pessoas que você quer mobilizar!). Conte quem é, o que faz, no que acredita, quem está com ele. Coloque dados que o torne bem humano, parecido com qualquer um de nós, com defeitos e qualidades, sonhos e sentimentos.

Em este personagem, naquele momento em que acontece sua história, é chamado para um grande e importante desafio. O que ele deve fazer? Há momentos em que quase desiste? Como se enche de força para prosseguir e atingir o objetivo? Depois que tudo fica bem, como é o novo cenário? Que lições se pode tirar dessa história?

Observe que, na maioria das histórias de organizações sociais, o personagem precisa de ajuda (da nossa ajuda) pra vencer o desafio. Este é o momento de pedir. O que o interlocutor da sua história deve fazer para ajudar o personagem? Se este for o caso, sua história é contada até aqui como algo que já aconteceu e, a partir desse ponto, passa a ser uma projeção do que acontecerá se cada um se mobilizar (ou não), e que lições ela nos trará.

Essa história pode ser contada de muitas formas


Como toda boa história, ela é muito bem contada por alguém, incorporada como uma história que é de quem a

conta. E não estou dizendo que precisamos de um ator para isso, mas aqueles que são completamente apaixonados e envolvidos com a causa e a organização contam a história de forma muito vibrante. Essa energia (e não a frieza de dados puramente racionais e objetivos) consegue mobilizar.

Mas nem sempre é possível falar pessoalmente, ou contar a história com ênfases, pausas e outros recursos para chamar a atenção. Essa história também pode ser escrita. Neste caso, principalmente, é preciso ponderar sobre o tamanho que ela terá, porque quanto mais breve, maiores as chances de a pessoa 'aceitar' ler e manter a atenção. Nesta situação, tente deixar o texto visualmente atrativo, além de dar destaque às partes importantes.

Outras formas muito interessantes são os recursos audiovisuais. Você pode transformar sua história em uma apresentação (com Power Point ou Prezi), que são meios tradicionais usados em reuniões e para captar recursos. Também é possível transformá-la numa ilustração de facilitação gráfica, numa história em quadrinhos, num grafite. Outra forma muito eficaz de contar a história é fazer um vídeo, desde soluções simples até produções mais elaboradas.

Todos esses recursos têm a vantagem de permitir rápido compartilhamento por redes sociais, o que é excelente para quem quer fazer amplas transformações e diversificar seus doadores e investidores.

Vocês viram o impressionante alcance do Movimento Gota d'Água? Eles têm a missão de 'comover a população para causas socioambientais utilizando as ferramentas da comunicação em multiplataforma'. A primeira campanha que fizeram foi para arrecadar assinaturas da população em um documento eletrônico, pedindo a paralisação das obras da Hidrelétrica de Belo Monte (PA). Em uma semana no Facebook/Twitter/YouTube conseguiram 1 milhão de assinaturas. Como? Construíram uma história, contada em vídeo por atores globais (ok, os atores fazem uma diferença, mas o discurso está muito envolvente) e compartilhada por redes sociais. Qual é a história que você tem para contar? 

Adianta falar que aquela embalagem plástica que ele jogou junto com a comida vai demorar 450 anos pra se decompor? Experimente. Com esse argumento, pouca coisa muda. Sabe por quê? Porque as coisas muito objetivas são pouco mobilizadoras

Você sabe como funcionam



Fernanda Lyra

Multiplicadora dos conhecimentos do SICONV habilitada pelo Ministério do Planejamento, especialista em Administração Pública. Consultora em Projetos Governamentais com foco em redação de projetos, execução e prestação de contas.

As finanças públicas são princípios e processos financeiros por meio dos quais os governos federal, estatal, distrital e municipal desempenham suas funções: alocativas, distributivas e estabilizadoras.

- Alocativas: processo pelo qual o governo divide os recursos para utilização no setor privado, oferecendo bens públicos, semipúblicos ou meritórios, como rodovias, segurança, educação e saúde aos cidadãos, dentre outros.
- Distributivas: distribuição de rendas e riquezas por parte do governo, buscando assegurar uma adequação que a sociedade considere justa, tal como a destinação de parte dos recursos provenientes de

tributação ao serviço público de saúde, que é o mais utilizado por indivíduos de menor renda.

- Estabilizadora: aplicação das diversas políticas econômicas pelo governo, a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade diante da incapacidade do mercado em assegurar a realização desses objetivos.

A organização político-administrativa do Estado determina quem são os entes públicos e suas responsabilidades, e as finanças públicas indicam como esses entes deverão trabalhar para atingir seus fins planejando, executando e prestando contas das receitas e dos gastos realizados pelo Estado.

as finanças públicas?

O Estado dispõe de instrumentos de planejamento, tais como: Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é um instrumento de planejamento de amplo alcance, cuja finalidade é estabelecer os programas e as metas governamentais de longo prazo. Sua vigência é de quatro anos e uma de suas características é a regio-

É certo que o fortalecimento da participação cidadã e o combate à corrupção são ações estruturantes para o desenvolvimento da democracia brasileira e precisam ser tratados com a devida prioridade.

nalização, pois serve de instrumento para diminuir as desigualdades entre as regiões.

A LDO é um instrumento intermediário entre o PPA e a LOA, que antecipa as diretrizes, as prioridades de gastos, as normas e os parâmetros que devem orientar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício seguinte. A LOA é o plano de trabalho para o exercício ao qual se refere, expresso por um conjunto de ações a realizar, com o fim de atender às demandas da sociedade e indicar os recursos necessários para sua execução. O PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil já está pronto, foi construído de forma participativa, dividido em cinco debates federativos, que aconteceu em regiões estratégicas. Mas o que o governo federal prevê para o Terceiro Setor?

O total de recursos previstos para serem investidos no país nesses quatro anos é de R\$ 5,4 bilhões. Serão 65 programas temáticos e 44 programas de gestão e manutenção do Estado, sendo 83% para os programas temáticos.

O plano possui três eixos básicos: acesso a serviços, garantia de renda e inclusão produtiva. Segundo a secretária extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, Ana Fonseca: “Trata-se de uma ação interministerial. De forma coesa, atuaremos para tirar da extrema pobreza mais de 16 milhões de pessoas, e nossa principal ferramenta será a busca ativa”, informou a secretária. “É

atribuição estatal a garantia dos direitos da população. Não podemos delegar isso ao Terceiro Setor”.

Isso demonstra que o governo federal está disposto a resolver os problemas que são de governo, mas pergunto: estão preparados?

Minha dúvida não se refere à competência, mas à politicagem e corrupção que imperam. Como acabamos

de ver nos escândalos do Turismo, as ONGs e Oscips que trabalham seriamente são prejudicadas por políticos que não honram seu papel na representação política.

Com isso, os recursos previstos para o Terceiro Setor continuam somente para despesas correntes, as despesas de capital, que são aquelas que crescem o


capital da instituição e permanecem vetadas.

A LDO 2012 veta ainda recursos para eventos nos Ministérios do Turismo e da Cultura.

Então, para quais áreas poderemos apresentar projetos para captação de recursos federais?

- Qualificação profissional para ingresso de jovens no mercado de trabalho;
- Capacitação de profissional;
- Pesquisas que resultem em produção de livros;
- Recuperação ambiental;
- Assistência Social;
- Projetos de Esporte e Turismo com foco na Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016;
- E outros que não necessitem de investimento de capital.

Assim, certifica-se a necessidade do marco regulatório das ONGs. É certo que o fortalecimento da participação cidadã e o combate à corrupção são ações estruturantes para o desenvolvimento da democracia brasileira e precisam ser tratados com a devida prioridade.

Precisamos de leis, normas e regulamentações que estimulem o envolvimento da cidadania em causas públicas e garantam o acesso democrático a recursos públicos, com mecanismos que permitam utilização eficiente dos recursos e a transparência para controle social. 

QUANTO VALE UMA NOVA VIDA?

Ver uma criança nascendo saudável e uma mãe feliz com seu filho nos braços é algo que para nós não tem preço. Em mais de 70 anos de trabalho, foram mais de 650 mil partos realizados, todos atendidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde, além de milhares de pessoas beneficiadas com serviços integrais de assistência à gestante e ao bebê. Para continuar este trabalho precisamos de sua ajuda. Você pode colaborar financeiramente ou através de doações materiais. Acesse nosso site e veja como se tornar um parceiro nesta causa.

WWW.AMPAROMATERNAL.ORG



Adquira um exemplar do livro do Amparo Maternal e colabore com este projeto.



AMPARO
MATERNAL



ASSOCIAÇÃO
CONGREGAÇÃO DE
SANTA
CATARINA

Os grupos de voluntariado e a qualidade dos relacionamentos

As ações voluntárias são uma ótima oportunidade de fortalecer os vínculos entre as pessoas




Todos nós participamos de muitos grupos, tais como: família, escola, faculdade, religião, esporte, assim como o local onde trabalhamos. Neste, atuamos quase todos os dias, fator que justifica que a qualidade dos relacionamentos é primordial para os envolvidos e, conseqüentemente, para a empresa.

Avaliando esses grupos é possível perceber alguns padrões de comportamento comuns entre as pessoas: dividem-se em “painelas”, batalham por causas próprias, ficam presas às experiências passadas ou são totalmente dependentes de um líder que mostre um norte a ser seguido. O esforço para unir as pessoas em ambientes assim é muito grande, gerando estresse aos envolvidos e caracterizando, portanto, um grupo imaturo.

Existem diversas maneiras de trabalhar o desenvolvimento desses grupos, buscando o aumento do comprometimento, da responsabilidade e do senso de cooperação. Uma delas é a promoção da gestão coletiva, e um programa de voluntariado pode ser um grande aliado. O voluntariado já traz em sua essência a força da solidariedade, mas isso não garante que a característica do “cada um por si” presente em grupos imaturos não venha a prevalecer. Por isso, apenas promover um programa de voluntariado e esperar que isso melhore a qualidade dos relacionamentos na empresa pode ser uma tarefa ineficaz.

Para que o programa tenha bons resultados no desenvolvimento de relacionamentos saudáveis, é importante dar espaço para as pessoas compartilharem seus sonhos, suas experiências e suas habilidades, criando o sentimento de pertencimento ao grupo. Para isso, é necessário pensar em encontros que promovam esse tipo de interação e que façam as pessoas participarem de forma mais espontânea.

Pensar no social é pensar também em nós, ou seja, em cada indivíduo do grupo. Quando estamos reunidos entre pessoas com um objetivo social em comum, como no voluntariado, podemos tentar agir de maneira diferente, revendo nossas formas de relacionamento. O intuito é realmente o de cooperar e se autodesenvolver, para que se possa explicar e escutar as ideias dos outros, aceitando e compreendendo seus sentimentos e sonhos diferentes. O trabalho voluntário desenvolvido em conjunto, criando este ambiente de respeito e confiança, possibilita que o grupo comece a desenvolver uma nova identidade.

E este é um padrão de grupo maduro, que sustenta relacionamentos saudáveis, cuidando das pessoas que participam sem perder o olhar para os objetivos. Da mesma forma que mandar em outra pessoa requer um pensamento anterior ao ato, promover um grupo olhando para seu amadurecimento também. Vale a pena tentar! 



Link 

www.acaovoluntaria.org.br

e-mail @

acao@acaovoluntaria.org.br

Telefone 

(41) 3322-8076



Troca de experiências

ONG Brasil 2011 reuniu 500 organizações em São Paulo em dezembro

Por Thaís Iannarelli

Nos dias 15, 16 e 17 de dezembro aconteceu a terceira edição de feira ONG Brasil, no Expo Center Norte, em São Paulo. O evento, realizado pela UBM Brasil com apoio do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) e conteúdo da **Revista Filantropia**, reuniu 500 organizações de 21 Estados brasileiros e de seis países da América Latina.

Durante os três dias, as ONGs tiveram a oportunidade de expor seus trabalhos num espaço de 15.000 m², além de trocar experiências, vender artigos e conseguir parcerias. Além do espaço da feira, foram realizadas palestras gratuitas, minicursos voltados para gestão do Terceiro Setor, e também o congresso de voluntariado realizado pelo CVSP para celebrar a década do voluntariado, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU). Temas atuais, como os recentes escândalos envolvendo ONGs e governo, foram debatidos por especialistas, assim como assuntos ligados à responsabilidade social, permeados pela ISO 26.000.

Instituições de áreas de atuação diversas, como meio ambiente, saúde, proteção aos animais, geração de renda, profissionalização e assistência social estavam presentes no evento, que foi aberto ao público no dia 17 de dezembro. Além das apresentações culturais realizadas pelas próprias instituições, o evento também contou com a entrega do Prêmio Uma Boa História Mobiliza, realizado pela Revista Filantropia e pela Resource Alliance, com apoio da Associação Brasileira de Captadores de Recursos. Na ocasião, o prêmio 2012 foi lançado.

Outra novidade da feira foi o lançamento e a entrega da primeira edição do Prêmio Personalidade ONG, que tem como objetivo premiar pessoas que fazem história quando se trata de ação social. Quem elege os vencedores são também empreendedores sociais e pessoas que atuam no Terceiro Setor. O primeiro vencedor foi Wellington Nogueira, fundador do Doutores da Alegria. Confira a entrevista com o ganhador. ▶

Revista Filantropia: Como foi, para você, ganhar o Prêmio Personalidade ONG?

Wellington Nogueira: Tenho estado fora deste circuito de prêmios há algum tempo, porque acho legal o reconhecimento, mas não trabalho para ganhar prêmios, trabalho para o público. Porém, quando fui contatado em relação a este prêmio e soube que a votação tinha sido feita pelos meus colegas de trajetória, isso me tocou e me emocionou muito. Então, fiquei muito feliz, pois este reconhecimento dos colegas muito especial.

RF: A feira ONG Brasil 2011 reúne várias instituições que têm a atuação similar à Doutores. Qual é a sua opinião sobre isso?


WN: Fico muito contente de ver quantas organizações estão aqui que nasceram inspiradas no Doutores, que receberam nosso apoio. Nós criamos um programa chamado Palhaços em Rede, exatamente para compartilhar conhecimento e experiência gratuitamente com os programas semelhantes. Em vez de vê-los como concorrência, vimos que a nossa concorrência é com a falta de um profissional bem treinado para trabalhar com a criança. Então, começamos esse programa baseado em ética e qualidade, e nossa intenção é fazer disso uma condição de profissão de futuro, que seja uma escolha de carreira para o jovem que quer ser artista. Em um país onde faltam supostamente espaços de cultura, temos de usar nossa criatividade e fazer esse movimento em direção ao público, ou seja, de tornar espaços inusitados em espaços de arte e cultura. Nós sabemos o impacto que isso tem, socialmente falando.

RF: Quais cuidados devem ser tomados ao lidar com as crianças no hospital?

WN: No Doutores, temos a prerrogativa de conhecer e fazer muitas visitas aos hospitais para conhecermos exatamente como são os lugares, quem são os responsáveis, qual é o objetivo daqueles espaços. Esse processo leva de 3 a 6 meses, dependendo do hospital, mas vamos construindo tudo juntos para que todos possam fazer parte e saber que, a partir daquele dia, uma dupla de besteirologistas estará lá, participando, atuando. Então, quando colocamos os palhaços dentro do hospital, já trilhamos todos os caminhos, sabemos as preocupações para não colocar em risco a criança que a gente visita, nem o artista que está indo visitar.



RF: Que impactos são percebidos depois da atuação dos Doutores?

WN: Estamos aprofundando esta pesquisa, porque fizemos a primeira em 1993, quando vimos que a criança se mostrava mais disposta ao tratamento e desenvolvia expectativas afirmativas. Ou seja, no dia que o palhaço vinha, ela se alimentava melhor para esperá-lo, tomava banho. Havia também uma mudança no olhar do profissional de saúde em relação a si mesmo. Ele não se via mais como alguém que levava a dor, mas como um profissional que podia interagir com uma criança. Em 2008, esta pesquisa foi feita, e além de reforçar essas questões, também trouxe dados novos. Mostrou uma mudança na equipe de trabalho, pois os profissionais viram que a constância da nossa presença abria um melhor espaço de comunicação entre os profissionais, uma mudança no olhar, ou seja, eles não olham mais as crianças só como pacientes, mas como crianças. E isso para nós foi uma grande mudança, pois quando você muda o olhar, a relação muda completamente. 

A caracterização das ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos pelo CNAS



Ana Carolina

anacarolina@socialprofit.com.br

Advogada especializada em assessoria jurídica a organizações do Terceiro Setor, membro da Comissão de direito do Terceiro Setor da OAB/SP. É coordenadora da comissão de direito do Terceiro Setor da Subseção de Santo Amaro/SP e representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

A Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), também denominada de Tipificação de Serviços Socioassistenciais, trouxe definições em relação aos serviços de atendimento, conforme já descrito na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), regulamentada pelo decreto nº 6.308/2007.

Esta resolução estabeleceu a tipificação de serviços de atendimento, delineando as ações de assistência social através deste mecanismo frente a sua rede de atendimento (CRAS e CREAS) e também para padronizar a atuação das entidades de assistência social.

Desta forma, são consideradas de assistência social as organizações sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos conforme descrito no Artigo 3º em especial nos seus §1º, §2º, §3º, sendo certo que, até pouco tempo, havia somente a tipificação dos serviços socioassistenciais em relação ao atendimento. Assim, para as ações das entidades de assessoramento, defesa e garantia de direitos não havia resolução editada pelo CNAS.

Importante mencionar que a LOAS, em seu art. 9º, e a Resolução CNAS nº 16/2010 – art. 4º definem a necessidade de inscrição no CMAS ou CAS-DF para o desenvolvimento de sua atividade de assistência social, portanto, após a Nova Lei da Filantropia, muitas organizações que desenvolvem ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos não se enquadravam na tipificação para devida inscrição nos conselhos municipais. No entanto, todo conselho

deveria inscrever por tratar-se de matéria que ainda seria regulamentada.

Por isso, em setembro de 2011 foi publicada a resolução 27/2011 CNAS, que trata sobre as ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos desenvolvidas pelas organizações do Terceiro Setor. Esta construção ocorreu após consulta pública, seminário e oficinas realizadas com a sociedade civil interessada, uma vez que tais ações são desenvolvidas pela sociedade civil, e é ela que detém o conhecimento prático e teórico compilando, ao longo dos anos, metodologias próprias de atuação, indicadores de resultados, planejamento estratégico de suas ações e o impacto social positivo causado nas mais longínquas comunidades.

Verifica-se que as considerações tecidas no corpo da resolução 27, de 19 de setembro de 2011, denotam o aspecto de um regramento que não visa limitar a atuação das entidades, e sim possibilitar o entendimento extensivo e dimensão social, seja pela organização, seja pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, tais como: Considerando o reconhecimento da primazia das entidades não-governamentais no campo do assessoramento e da defesa e garantia de direitos, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 3º da LOAS; Considerando que dada a natureza das atividades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos, é mais adequado caracterizá-las do que tipificá-las; Considerando a necessidade de estabelecer conceitos e parâmetros para o reconhecimento e a pertinência das atividades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos, no campo socioassistencial.

Assim como descrito no artigo 1º§ único da Resolução 27/11, devemos ter como referência que “a dimensão ética e política da defesa de direitos perpassa todas as ofertas e atenções da política pública de assistência social, sem prejuízo daquelas atividades, iniciativas ou organizações constituídas especificamente para esse fim”.


Para que haja uma interpretação de inclusão, e não exclusão, das entidades que desenvolvem ações caracterizadas pela resolução CNAS 27/11, foi construída uma estrutura (matriz das ações) para compreensão das principais ações neste campo de atuação, e com definição de cada ação, objetivos, público alvo e resultados esperados.

Desta forma, foram definidos oito grupos de ações realizadas no âmbito do assessoramento, defesa e garantia de direitos:

- Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro;
- Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas;
- Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e geração de renda;
- Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre os seus direitos de cidadania e da política de assistência social, bem como dos gestores públicos, trabalhadores e entidades com atuação preponderante ou não na assistência social, subsidiando-os na formulação, implementação e avaliação da política de assistência social;
- Promoção da defesa de direitos já estabelecidos por meio de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos;
- Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e

padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente;

- Formação político-cidadã de grupos populares, incluindo capacitação de conselheiros e lideranças populares;
- Desenvolvimento de ações de monitoramento e controle popular sobre o alcance de direitos socioassistenciais e a existência de suas violações, tornando públicas as diferentes formas em que se expressam e requerendo do poder público serviços, programas e projetos de assistência social.

As ações trazidas na resolução 27/2011, do CNAS, servem para nortear não somente as ações que as organizações já realizam, mas também contextualizar de forma mais próxima da realidade o entendimento dos Conselhos Municipais. Também deve ser destacada a possibilidade de inclusão de novas ações àquelas trazidas, considerando as necessidades e realidades de cada região do país. 



Cisão e desmembramento de atividades com criação da organização religiosa



Sergio Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contabilista, professor, Saleciano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

Durante muitos anos venho defendendo a necessidade de que as atividades de Vida Religiosa Consagrada não fiquem inseridas na pessoa jurídica da entidade beneficente de assistência social (filantrópica). Isto em decorrência das peculiaridades próprias dos institutos religiosos em relação às entidades beneficentes de assistência social e face às exigências legais, fiscais e tributárias peculiares a cada uma dessas pessoas jurídicas e, ainda, pela não interferência do Estado nas atividades de vivência da Vida Religiosa Consagrada.

Entretanto, com o acordo firmado entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil em 13 de novembro de 2008, aprovado pelo Congresso Nacional e regulamentado pelo decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010, pode-se analisar este assunto sob outra ótica jurídica e prática.

Supondo que a coordenação da Vida Religiosa não pretenda separar as atividades religiosas e de assistência social, deve-se buscar o contido no acordo firmado entre a Santa Sé e o Brasil. Este acordo, de maneira explícita, reconhece a garantia à imunidade tributária referente aos impostos às entidades religiosas da Igreja Católica quanto ao patrimônio, renda e serviços relacionados com suas finalidades essenciais, em plena sintonia com a Constituição Federal (artigo 15 do referido acordo).

Pelo acordo, ficou estabelecido que “as pessoas jurídicas eclesiais que, além de fins religiosos, persigam fins de assistência e solidariedade social, desenvolverão a própria atividade e gozarão de todos os direitos, imunidades, isenções e benefícios atribuídos às entidades com fins de natureza semelhante previstos no ordenamento jurídico brasileiro, desde que observados os requisitos e obrigações exigidos pela legislação brasileira (artigo 5º do acordo)”. E mais, “para fins tributários, as pessoas jurídicas da Igreja Católica que exerçam atividade social e

educacional sem finalidade lucrativa receberão o mesmo tratamento e benefícios outorgados às entidades filantrópicas reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive em termos de requisitos e obrigações exigidos para fins de imunidade e isenção (§ 1º. 21º do artigo 15)”.

Portanto, salvo melhor juízo a respeito, entendo que uma entidade beneficente de assistência social que não queira separar as atividades filantrópicas das atividades religiosas poderá continuar a gozar dos benefícios fiscais e previdenciários, sem que seja necessário o procedimento jurídico da cisão/desmembramento.

Entretanto, para isso é essencial e fundamental que se proceda à transformação da associação, hoje entidade beneficente de assistência social (filantrópica), em organização religiosa. Entendo que essa transformação tem respaldo legal no artigo 44, inciso IV e § 1º do Código Civil. Com a transformação da associação em organização religiosa, as Normas de Direito Próprio (constituições, regras, regulamentos, decisões capitulares) são plenamente acolhidas e respeitadas pelo Estado Brasileiro. O inciso IV do artigo 44 do Código Civil abriu a possibilidade do processo de transformação, com a inclusão do tipo “Organização Religiosa”. Até o advento da lei nº 10.825/2005 não existia no Código Civil o tipo “Organização Religiosa”. A organização religiosa passa a ser um dos tipos de pessoa jurídica de direito privado:

Art. 44. – São pessoas jurídicas de direito privado: I – as associações; II – as sociedades; III – as fundações; IV – as organizações religiosas; V – os partidos políticos. § 1º desse artigo dá ampla proteção e garantia às organizações religiosas quanto à aplicabilidade do seu “Direito Próprio”:

§ 1º – São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações

religiosas, sendo vedado ao Poder Público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

A lei nº 12.101/2009 dispõe sobre a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) e a isenção de Contribuições para a Seguridade Social. Esta lei dispõe que ambas serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto contido nessa lei.

As organizações religiosas são, por essência, entidades beneficentes, sem fins lucrativos e, segundo o acordo mencionado, aquelas que exerçam atividades de assistência e solidariedade social, sem finalidade lucrativa, receberão o mesmo tratamento e benefícios outorgados às entidades filantrópicas reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive em termos de requisitos e obrigações exigidos para fins de imunidade e isenção.

Este acordo é mais amplo na definição para obtenção da Cebas e da Isenção de Contribuições para a Seguridade Social para as entidades eclesiais. O acordo dispõe que as organizações religiosas que persigam fins de assistência e solidariedade social podem obter a certificação e, consequentemente, o direito à isenção de contribuições para a Seguridade Social. Em outras palavras, não é verificada somente a prática da assistência social para fins de certificação, mas também deve ser analisada a inclusão da solidariedade social como prática de gratuidade; neste caso, porém, falta disposição legal regulamentadora. E por solidariedade social entendo a ação missionária própria e peculiar de cada instituto religioso consoante ao seu próprio carisma. Entendo também que, no momento,

o ideal é a transformação da atual associação beneficente de assistência social em organização religiosa, mais precisamente aquelas que se tipificam ao contido no acordo entre a Santa Sé e o Estado Brasileiro e, ato contínuo, se pode desmembrar/cindir uma de suas atividades para a criação de uma nova entidade beneficente, sem fins lucrativos, que futuramente poderá ser a “entidade beneficente de assistência social (filantrópica)”.

Como a entidade criada e desmembrada/cindida não possui a certificação, seus dirigentes deverão trabalhar para que a mesma, observado o período de lei, obtenha sua certificação e possa futuramente gozar dos benefícios da Isenção de Contribuições para a Seguridade Social. Uma vez obtido o Cebas pela entidade cindida/desmembrada, se procederá à transferência por cisão/desmembramento de todas as atividades de assistência social da organização religiosa para nova entidade certificada, a entidade beneficente de assistência social.

Enquanto não obtiver o Cebas, a entidade cindida/desmembrada/criada terá de assumir o pagamento de todas as contribuições para com a Seguridade Social. Com esses procedimentos jurídicos, futuramente, será possível ter uma organização religiosa e uma ou mais entidades beneficentes de assistência social (educação, saúde e assistência social).

Destaco ainda que as organizações religiosas e as entidades beneficentes de assistência social devem adaptar seus Estatutos às exigências da lei nº 12.101/2009 e ao acordo entre a Santa Sé e o Estado Brasileiro. Ressalto que, por se tratar de algo novo no direito pátrio, muitas interpretações legais, fiscais e previdenciárias podem acarretar discussões no campo jurídico, podendo, inclusive, ocasionar procedimentos administrativos e processuais, como também no caso da cisão/desmembramento. ↻

Com a transformação da associação em organização religiosa, as Normas de Direito Próprio (constituições, regras, regulamentos, decisões capitulares) são plenamente acolhidas e respeitadas pelo Estado Brasileiro

ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social





Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

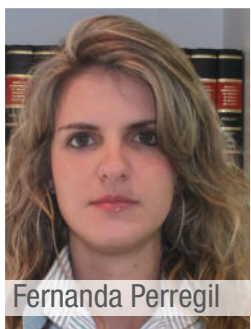
O aviso prévio proporcional e as entidades sociais



Marcos Biasioli

marcos@mbiasioli.com.br

Advogado em São Paulo, titular da M. Biasioli Advogados, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas pelo Mackenzie/SP, consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor e idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.



Fernanda Perregil

secretaria@mbiasioli.com.br

Advogada em São Paulo, integrante do escritório M. Biasioli Advogados. É especialista em Direito Processual Civil e pós-graduanda em Direito Contratual pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP.

Como foi amplamente divulgado nos meios de comunicação, no dia 11 de outubro de 2011 entrou em vigor a lei nº 12.506, a qual trouxe algumas alterações na concessão do Aviso Prévio.

O Aviso Prévio Proporcional, como é denominado, era esperado desde 1988, já que a nossa Constituição Federal, no artigo 7º, inciso XXI dispunha o seguinte:

Art. 7º – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de (...)

XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.

Isso tudo porque a existência de um Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço estava atrelada à necessidade de regulamentação posterior. Assim, após 23 anos de debates e questionamentos a respeito da mora normativa do Poder Legislativo na edição de uma lei que atendesse as finalidades constitucionais, enfim, houve a publicação dessa nova lei, que abarcou alterações significativas na esfera prática da relação entre empregado e empregador.

Logo em seguida surgiram indagações sobre o modo de aplicação da nova lei nº 12.506. Em seu artigo 1º, no primeiro plano, alguns doutrinadores passaram a suscitar a ideia de reciprocidade, ou seja, o Aviso Prévio Proporcional poderia ser exigido por ambas as partes no momento da ruptura contratual.

Contudo, esse entendimento não prospera quando analisamos o Aviso Prévio como um direito social do empregado, apresentado no artigo 7º, da Constituição Federal, assim, *o Aviso Prévio Proporcional é um direito do empregado no momento da sua dispensa, não*

podendo o empregador exigir essa mesma proporcionalidade no pedido de demissão.

Outro ponto importante está no cálculo da proporcionalidade do Aviso Prévio, pois a lei prevê que serão acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de até 90 dias.

Em outubro passado, a Secretaria das Relações de Trabalho divulgou a Circular nº 10/2011, contendo algumas orientações para a aplicação da nova lei nº 12.506/11, trazendo um quadro explicativo, o qual aponta para o seguinte:

Tempo de Serviço	Aviso Prévio
Ano Completo	Dias
Até 02	30 dias
02	33
03	36
04	39
05	42
06	45
07	48
08	51
09	54
10	57
11	60
12	63
13	66
14	69
15	72
16	75
17	78
18	81
19	84
20	86
21	90

Nesse sentido, tem-se que os cálculos não representam grandes dificuldades; a dúvida seria o reflexo dessa proporcionalidade no período de duração do contrato de trabalho. Pela leitura do artigo 487, da CLT, o Aviso Prévio Proporcional integraria o tempo de serviço para todos os fins, inclusive para o trintídio que antecede a data base e a projeção desse período na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

No mais, outra indagação importante é quando há de forma concomitante o Aviso Prévio Legal e aquele previsto em Norma Coletiva, isso porque existem muitas categorias profissionais que já haviam inserido o benefício de um Aviso Prévio Proporcional na própria Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.

O cerne da questão seria a cumulação ou não dessas vantagens. Para muito doutrinadores não há cumulação de vantagens, mas sim compensação, ou seja, aplica-se a norma mais benéfica ao empregado.

Outro posicionamento que destaco é que pode haver algumas convenções coletivas ou acordos coletivos que apresentem uma cláusula normativa prevendo expressamente essa vantagem proporcional além do Aviso Prévio disposto em lei, o que geraria conflito no momento da interpretação da norma coletiva de trabalho. Por isso, quando o empregador não cumula essas vantagens, alguns sindicatos têm ressalvado essa questão na ocasião da homologação da rescisão. Por essa ótica, é evidente que isso provocará a propositura de ações para reclamar o direito a essa cumulação.


Avançando para o final do tema, outra análise importante é a época própria da aplicação dessa nova lei. Pelas regras de *aplicação da norma no tempo*, o Aviso Prévio Proporcional não retroage para os empregados dispensados antes da publicação dessa lei, ou seja, os efeitos dessa lei alcançam as relações iniciadas, mas não consumadas.

A ideia que se busca passar em última análise é que o contrato de trabalho extinto antes da publicação da lei nº 12.506/11 não estaria sujeito à aplicação dessa nova lei, até mesmo em respeito ao ato jurídico perfeito e acabado.

Com essas explanações, não se espera trazer nuances incontroversas do tema, até mesmo porque o assunto será palco de debates nos tribunais no momento da aplicação da nova lei ao caso em concreto, o que certamente será ainda mais esclarecedor.

Na verdade, o que se almeja, no segundo momento, é estabilizar as relações de emprego e proliferar um sentimento de segurança na sociedade, seja pelos efeitos mais severos ensejados pela extinção dessa relação ou, ainda, pela necessidade de proteger o empregado, como parte vulnerável da relação empregatícia.

Por tudo isso, as entidades sociais que mantêm relações de emprego deverão se amoldar aos preceitos da nova lei, observando a interpretação e as peculiaridades apontadas, a fim de adotar uma postura de resguardo quanto à possibilidade de litígios.

Em suma, mostra-se importante que as entidades sociais, no desempenho de atividades essenciais à população, também se ocupem dessas questões atuais, em observância à nova lei trabalhista, já que esta deve ser encarada como mais uma vitória da sociedade brasileira como um todo. 

Para muito doutrinadores não há cumulação de vantagens, mas sim compensação, ou seja, aplica-se a norma mais benéfica ao empregado



A responsabilidade jurídica dos dirigentes das instituições do Terceiro Setor



Arcênio da Silva
Mestre em Direito, com especialização em Direito Público e Direito Tributário. Administrador de Empresas com pós-graduação em Controladoria. Atualmente, é procurador e membro do Conselho Curador da Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. É professor universitário na área do Direito Tributário e Direito Público e membro do Conselho Deliberativo da Associação Paulista de Fundações – APF.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1998, as políticas sociais ganharam uma nova ordem. Antes, aquilo que significava a satisfação das necessidades básicas passou a ser direito adquirido dos cidadãos. A partir dessa mudança no cenário legislativo, as ações das organizações do Terceiro Setor passaram a ter maior legitimidade, atuando de forma mais eficaz e transparente na realização de serviços sociais, de interesse público.

Neste contexto, as entidades inseridas no Terceiro Setor receberam várias denominações no Brasil: organizações sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, organizações não-governamentais, fundações, associações, instituições voluntárias, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP etc.

Desse modo, podemos afirmar que o Terceiro Setor é fruto da iniciativa individual ou coletiva, da solidariedade e da ajuda mútua, sem qualquer interesse ou finalidade de lucro ou vantagens, cuja atuação é espontânea, livre e totalmente dissociada dos poderes públicos (Primeiro Setor) ou do mercado capitalista (Segundo Setor).

Evidentemente que a atuação das entidades sociais não transitaria às margens da lei, pois, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, suas ações guardariam observância e respeito às leis cíveis, em especial ao Código Civil Brasileiro – lei nº 10.406/02.

Surge o grande debate, pois é conhecido que por força de normas jurídicas é vedada taxativamente a remuneração dos seus dirigentes e membros dos órgãos colegiados. Por outro lado, as normas jurídicas responsabilizam civil, administrativa e penalmente os mesmos dirigentes pelos atos que configuram má gestão das entidades sociais.

Em primeiro plano, as responsabilidades dos dirigentes são as determinadas em lei e aquelas constituídas no estatuto social da entidade. Assim, responsabilidade vem a ser uma reação provocada pela infração a um dever preexistente. É, portanto, a consequência que o agente, em virtude de violação do dever, sofre pela prática de seus atos.

O Código Civil regula que os sócios não se confundem com a sociedade, estabelece que as obrigações da sociedade não são as obrigações dos sócios e vice-versa. Assim, em princípio, um não é responsável pelo outro, e um não é obrigado a responder pelo outro.

A lei, contudo, estabelece ocasiões em que a responsabilidade de uma pessoa pode ser transferida a outra e, portanto, quando a responsabilidade da sociedade pode ser transferida ou cobrada diretamente de seus sócios. Juridicamente, a norma tipifica a responsabilidade em duas naturezas: i) subsidiária e ii) solidária para fins de imputação ao sócio no caso concreto.

Conceitualmente, a responsabilidade subsidiária é daquele que é obrigado a complementar o que o causador do dano ou passivo não foi capaz de assumir individualmente. Em outras palavras, esgotada toda a capacidade patrimonial da entidade, os sócios são obrigados a complementar com seu patrimônio tudo aquilo que a sociedade não honrou. Exemplo clássico da responsabilidade subsidiária é assinatura de contrato de locação na condição de fiador.

No caso da responsabilidade solidária, o sócio se obriga em condições de igualdade ao devedor principal. De forma objetiva, na responsabilidade solidária o credor poderá executar tanto os bens da entidade quanto os bens de seus sócios.

Assim, responsabilidade vem a ser uma reação provocada pela infração a um dever preexistente. É, portanto, a consequência que o agente, em virtude de violação do dever, sofre pela prática de seus atos

Assim, os dirigentes das entidades do Terceiro Setor têm grande responsabilidade, pois a manifestação deles na condição de representantes legais da entidade é a manifestação da própria entidade, que fala e age por intermédio deles.

Nos estatutos sociais, é comum encontrarmos a seguinte redação: “Os dirigentes da associação não respondem subsidiariamente por suas obrigações”, ou, “Os dirigentes não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais”. É de se ressaltar, porém, que nem sempre são imputadas as responsabilidades unicamente aos sócios que estão praticando diretamente os atos, pois pode ser alcançado o administrador contratado com poderes de direção.

A lei civil é bastante oportuna ao determinar que a responsabilidade solidária decorre da lei, ou é definida em instrumento jurídico celebrado (por exemplo, estatuto social, convênio, contrato, termos de parceria e qualquer outro tipo de ajuste jurídico).

Por sua vez, quando a lei define que o sócio ou o dirigente/administrador é responsável solidário, não há nada que possa impedir a responsabilização legal, independentemente da vontade expressa em qualquer instrumento jurídico celebrado. Como afirmamos, a lei conceitua quando a responsabilidade é solidária ou subsidiária e, nesses casos, a lei é hierarquicamente superior aos estatutos sociais.

Quanto à responsabilidade subsidiária, o código civil trata expressamente da matéria, sendo obrigatório fazer constar nos estatutos sociais das entidades sociais se os dirigentes (sócios) responderão ou não subsidiariamente pelas obrigações da organização.


A exclusão da responsabilidade solidária ou subsidiária somente tem a sua aplicação plena quando

o dirigente comprovar atuação de boa fé na gestão da entidade social. Comprovado o descumprimento da norma jurídica e do estatuto social, o dirigente responderá nos termos da lei aplicável.

Assim, estamos diante do instituto jurídico denominado “despersonalização da pessoa jurídica”, ou seja, o dirigente que agiu em desconformidade com a lei e o estatuto social é chamado a responder pelos danos causados.

Outro ponto de suma importância para os dirigentes do Terceiro Setor é quando a discussão envolve recursos financeiros oriundos do poder público, regra geral de convênios celebrados com órgãos da administração pública, situação em que a responsabilidade dos dirigentes é total e absoluta.

A legislação que regula a administração pública estipula normas próprias para os casos de desvio de finalidade dos recursos públicos objeto de convênios, contratos, termos de parceria ou outras espécies celebradas entre o poder público e a entidade social. Os diversos órgãos públicos constituídos, tais como Tribunal de Contas dos Estados, da União, Controladoria Geral, Ministério Público, Receita Federal, Polícia Federal, entre outros, possuem instrumentos legais para responsabilizar juridicamente os dirigentes da entidade social nos campos administrativo, civil e penal, podendo alcançar, inclusive, o patrimônio pessoal.

Desse modo, na tomada de decisões e nos atos de gestão à frente das instituições do Terceiro Setor, deve-se observar atentamente a legislação e os estatutos sociais, aconselhando-se com profissionais competentes de forma a evitar qualquer transgressão à norma jurídica que possa manchar o nome e a imagem da entidade e de seus dirigentes, somado à imputação de responsabilidades legais. 

CANT
CIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Festival Latino-Americano de Captação de Recursos FLAC 2012

São Paulo
23 a 25 de maio

Redes de aliados em redes de alianças.

Em 2012, o FLAC volta a São Paulo em sua quarta edição para reunir um conjunto de experts e profissionais do mundo da mobilização de recursos

Serão mais de 30 palestrantes nacionais e internacionais, além do já consolidado modelo de espaço aberto, em que os profissionais que trabalham com captação poderão apresentar seus cases, discutir em rodas de conversa ou mesmo apresentar suas mais recentes pesquisas e experiências.

Informações
inscrições

www.flac.org.br

Tel: 11 2978-6686
dialogo@dialogosocial.com.br

Realização:



Associação Brasileira de
Captadores de Recursos

Correalização:



Organização:

diálogo
social



Salários de contribuição I

O governo federal reajustou em 6,08% os salários de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso para fatos geradores que ocorrerem a partir da competência janeiro/2012. A nova tabela consta da Portaria Interministerial MPS/MF nº 2/2012 e elevou a este mesmo patamar os outros benefícios mantidos pela Previdência Social, definindo o valor da cota do salário-família. De acordo com o texto, o disposto aplica-se às pensões especiais pagas às vítimas da síndrome da talidomida e aos portadores de Hanseníase de que trata a lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007. O salário de benefício e o salário de contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 622,00 nem superiores a R\$ 3.916,20.

Novo casamento para pensionista

O pensionista que casar novamente ou viver em união estável poderá continuar tendo direito à pensão por morte do cônjuge. Atualmente, o benefício é suspenso ou cancelado quando o pensionista contrai novas núpcias. A mudança está prevista no projeto de lei nº 2.508/11, do deputado Dr. Grilo (PSL-MG), que altera os planos e benefícios da Previdência Social (lei nº 8.213/91). Segundo o autor, o extinto Tribunal Federal de Recursos chegou a promulgar súmula para garantir o pagamento do benefício, caso não houvesse a melhoria da situação econômica financeira com o novo casamento. No entanto, mesmo após a súmula, segundo o deputado, o assunto continua sendo discutido nos tribunais. A matéria tramita em caráter conclusivo e será examinada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 www.camara.gov.br

CPTS: anotação desabonadora

A Câmara analisa proposta que aumenta a multa paga pelo empregador nos casos de anotações na carteira de trabalho que possam causar dano à imagem do empregado. A medida está prevista no projeto de lei nº 2.420/11, que fixa a sanção em dez vezes o salário do trabalhador. Hoje, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a multa corresponde a meio salário mínimo. O PL 2.420/11 também exemplifica casos que configuram “anotações desabonadoras”. Pela proposta, são exemplos: anotações referentes a sexo ou sexualidade, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, idade, condição de autor em reclamações trabalhistas, saúde e desempenho profissional ou comportamento. Atualmente, a lei trata somente de forma genérica sobre o assunto, sem citar casos. A proposta será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 www.camara.gov.br

Estágio financiado

O projeto de lei nº 2.685/11, em análise na Câmara, propõe que a União estabeleça um programa de financiamento de bolsas de estágio para estudantes universitários carentes. A proposta modifica a atual Lei do Estágio (11.788/08). Segundo o texto, do deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), serão colocadas à disposição bolsas para áreas de formação que hoje apresentem oferta insuficiente de estágios não obrigatórios. Atualmente, existem dois tipos de estágio: o obrigatório, relacionado à formação acadêmica-profissional e requisito para aprovação e obtenção de diploma; e o não obrigatório, desenvolvido como atividade opcional.

 www.camara.gov.br

Salários de contribuição II

A Portaria traz ainda o fator de reajuste dos benefícios concedidos de acordo com as respectivas datas de início, aplicável a partir de janeiro de 2012 – janeiro de 2011 (6,08%), fevereiro (5,09%), março (4,53%), abril (3,84%), maio (3,10%), junho (2,52%), julho e agosto (2,29%), setembro (1,86%), outubro (1,41%), novembro (1,08%) e dezembro (0,51%). De acordo com o Anexo II, a tabela de contribuição ao INSS dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso para pagamento de remuneração a partir de 1º de janeiro de 2012 é de 8% (até R\$ 1.174,86), 9% (de 1.174,86 até R\$ 1.958,10) e 11% (de R\$ 1.958,11 até R\$ 3.916,20).

 www.previdencia.gov.br

CNDT para incentivos fiscais

Empresas que queiram participar de licitações ou obter incentivos fiscais segundo a lei nº 12.440, em vigor desde 4 de janeiro, estão obrigadas a apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovante de que o empregador não possui pendência com condenações na Justiça do Trabalho. A emissão da CNDT é realizada a partir da consulta ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que reúne dados de inadimplentes. Quem se inscreveu terá 30 dias para liquidar suas dívidas e, caso não resolvam este problema, receberão uma certidão positiva até quitarem todo o valor; entretanto, só chegará a esta situação quando se esgotarem todos os recursos previstos no processo trabalhista. A CNDT é expedida gratuita e eletronicamente em todo o território nacional e pode ser adquirida no site do TST (www.tst.jus.br/certidao) ou nas páginas dos Tribunais Regionais do Trabalho.

 www.aasp.org.br

Cobrança indevida

Uma associação pode cobrar mensalidades de quem não é associado? Para o ministro Luis Felipe Salomão, não. O magistrado atribuiu efeito suspensivo ao recurso especial interposto por um morador da cidade de São Paulo contra a Sociedade Amigos do Jardim das Vertentes (Sajav), para que a execução promovida contra ele não tenha prosseguimento. O morador alegou que foi injustamente condenado ao pagamento de mensalidades à associação, à qual nunca se associou ou manifestou interesse de se associar. Afirmou que em ação civil pública, proposta pelo Ministério Público contra a Sajav, foi concedida liminar para suspender a cobrança dos valores dos não associados e, em desobediência à decisão, a associação promoveu a execução provisória. Em setembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela ilegalidade das cobranças realizadas por associação de moradores contra os não associados, tendo sido reconhecida a repercussão geral da matéria constitucional.

 www.aasp.org.br

Doadores de sangue

Doadores regulares de sangue (três doações por ano, no mínimo) poderão levar vantagem na hora de desempatar um concurso público. É o que diz o projeto de lei nº 2.474/11, do deputado federal Luiz Argôlo (PP-BA), que tramita na Câmara. O candidato deverá apresentar o comprovante de doador no ato da inscrição no concurso público. Já o candidato impossibilitado de ser doador por razões clínicas tem direito a atestar sua condição recebendo o mesmo benefício destinado ao doador regular. A proposta tramita em caráter conclusivo e será examinada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 www.camara.gov.br



Faltas injustificadas I

Os critérios para o cálculo dos dias de férias a serem concedidos ao trabalhador doméstico em função das faltas injustificadas ao serviço durante o período aquisitivo podem mudar em breve. Está em análise na Câmara o projeto de lei nº 2.437/11, do deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS), que altera a lei nº 5.859/72, que dispõe sobre o emprego doméstico. A legislação atual apenas garante o direito a férias anuais remuneradas de 30 dias, com pelo menos um terço a mais que o salário normal, após cada período de 12 meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família.

Faltas injustificadas II

Se aprovado, o empregado continuará a ter esse direito na seguinte proporção: 30 dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes; 24 dias, quando tiver de 6 a 14 faltas; 18 dias, de 15 a 23 faltas; e 12 dias, de 24 a 32 faltas. Para não haver o corte nos dias de férias, todas as ausências ao serviço devem ser sem justificativa durante o período de 12 meses. O texto ainda determina que o empregado doméstico não terá direito a férias se, no período de um ano, tiver recebido da Previdência Social prestação de acidente do trabalho ou de auxílio-doença por mais de seis meses, mesmo que descontínuos. A proposta ainda será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 www.camara.gov.br


Tratamento específico

A Câmara analisa projeto que amplia os direitos das pessoas portadoras de sequelas graves advindas de queimaduras. Pela proposta (projeto de lei nº 2.575/11), do deputado Jonas Donizette (PSB-SP), todo portador dessas sequelas terá direito a receber assistência integral por intermédio da reabilitação física, estética, psicológica, educacional e profissional. O PL considera como seqüela grave a perda total de membro ou órgão; a perda integral de função de membro ou órgão; a redução de função de membro ou órgão igual ou superior a 30%; danos estéticos por hipertrofia das cicatrizes; e traumatismo ou danos psicológicos. O texto estende ainda a essas pessoas todos os benefícios e isenções fiscais federais concedidos aos portadores de doenças graves, inclusive os relativos ao Imposto de Renda. Caberá ao SUS prestar assistência integral.

 www.camara.gov.br

FGTS para construir e reformar

O valor máximo do FGTS que poderá ser usado para a compra de material de construção passa a ser de R\$ 20 mil. A nova linha de crédito chama-se Fimac FGTS, terá prazo de amortização de até 120 meses e estará disponível para cotistas do fundo com vínculo empregatício ativo, independentemente da renda familiar, mas de acordo com sua capacidade de pagamento. De acordo com o Ministério do Trabalho, a linha poderá ser usada para reforma, ampliação ou construção de imóveis residenciais, além da instalação de hidrômetros de medição individual, implantação de sistema de aquecimento solar e de itens voltados à acessibilidade, desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente.

 www.mte.gov.br

Fundações isentas

Decisões de primeira instância da Justiça Federal estão isentando fundações do pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Sentenças e liminares têm como base o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que livrou de Imposto de Renda as receitas financeiras de entidades imunes. Dentro dessa categoria estão os partidos políticos, fundações, instituições de educação e de assistência social e também a União, Estados e municípios. Em recente decisão, o juiz Clécio Braschi, da 8ª Vara Federal de São Paulo, garantiu a uma fundação, com base na lei nº 9.065, de 1995, a isenção de IR na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, desde que a beneficiária declare à fonte pagadora sua condição de imune. Ele julgou ainda que o mesmo valeria para o IOF.

 www.aasp.org.br

Multas canceladas

O Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil nº 01/2012, publicado no Diário Oficial da União de 10 de janeiro, cancelou os lançamentos relativos às multas aplicadas pela entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referente ao mês de setembro de 2011, desde que transmitidas até 27 de dezembro de 2011. A medida atende a um pedido da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), que relatou ao Fisco as dificuldades que os empresários contábeis enfrentavam na entrega da declaração. Na ocasião, o órgão informou a prorrogação do prazo de entrega e o cancelamento das multas geradas. Esta se cumpre com a publicação do Ato Declaratório.

 www.fenacon.org.br

1 Qual o período a ser considerado para elaboração do plano de atendimento? Quais são as principais nuances a serem observadas?

Assim dispõe o § 2º do artigo 25 do decreto nº 7.237/2010, *in verbis*: Art. 25. Para os fins da concessão ou renovação da certificação, a entidade de educação deverá observar o disposto no art. 13 da lei nº 12.101, de 2009... § 2º. O plano de atendimento referido no § 1º constitui-se na descrição das ações e medidas assistenciais desenvolvidas pela entidade para cumprimento do previsto no art. 13 da lei nº 12.101, de 2009, bem como no planejamento destas ações e medidas para todo o período de vigência da certificação a ser concedida ou renovada. Assim, é possível dizer que o Plano de Atendimento deve abranger todo o período, triênio posterior, de vigência da certificação a ser renovada. Diante disso, nos moldes do normativo acima mencionado, certo é que o Plano de Atendimento deve descrever as ações e medidas assistenciais, bem como o planejamento destas ações para o período.

2 Uma entidade beneficente que possui atividades voltadas à área de educação deve apresentar a identificação dos integrantes do Corpo Dirigente?

Assim dispõe a alínea “e” do inciso II do artigo 29 do Decreto 7.237/2010: Art. 29. Os requerimentos de concessão ou de renovação de certificação de entidades de educação ou com atuação preponderante na área de educação ou com atuação preponderante na área de educação deverão ser instruídos com os seguintes documentos... II-da instituição de educação... e) identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e administrativa de cada um. Como visto, essas informações são essenciais para obtenção da renovação do CEBAS da entidade, porém, elas não devem ser inseridas no Plano de Atendimento, cujo teor deve contar apenas os requisitos do § 1º do artigo 25 do decreto nº 7.237/2010. Este documento deve demonstrar a identificação dos integrantes do corpo dirigente, bem como a experiência acadêmica e administrativa dos membros da diretoria de cada escola.

3 Quais os requisitos a serem observados para celebração de parcerias entre entidades privadas? Essas parcerias podem ser celebradas com organizações religiosas?

Com relação à celebração de parcerias, assim dispõe o § 5º do artigo 3º do decreto 7.237/2010: § 5º Para fins de certificação, somente serão consideradas as parcerias de que trata o § 3º firmadas com entidades privadas sem fins lucrativos certificadas ou cadastradas junto ao Ministério

de sua área de atuação, nos termos do art. 40 da lei nº 12.101, de 2009, e de acordo com o procedimento estabelecido pelo referido Ministério. Sabe-se que uma organização religiosa não pode ser certificada e provavelmente terá dificuldades em se cadastrar junto aos Ministérios ante a ausência da realização de programas sociais, fato este que inviabiliza a celebração destes termos de parcerias.

4 Uma entidade beneficente que atua na área de educação pode promover a venda de livros nas escolas?

Não vislumbramos nenhum impedimento sobre a venda de livros por uma entidade beneficente, desde que tais atividades encontrem-se definidas no Estatuto Social como programa de geração de renda. Contudo, os valores recebidos devem ser integralmente aplicados em território nacional para desenvolvimento das atividades beneficentes definidas em seus atos constitutivos. No entanto, é bom ressaltar que a entidade terá de cumprir as obrigações acessórias relacionadas ao comércio, tais como: proceder à inscrição estadual, promover a apuração de ICMS, requerer a isenção de tais tributos relacionados à circulação de mercadorias, possuir livros de entrada e saída de mercadorias e outras de controle fiscal.

5 Nossa entidade possui alguns empregados com mais de sete anos de trabalho. Devemos computar esse período anterior no momento da dispensa desses empregados, já que essa lei somente entrou em vigor em outubro desse ano?

Sim, o período de trabalho anterior à publicação da lei deverá ser computado para a aplicação do novo aviso prévio proporcional. A finalidade disso está na aplicação imediata da lei, estendendo seus efeitos nas relações iniciadas e não extintas, a fim de assegurar um tratamento justo e igualitário aos empregados.

6 O que a lei nº 12.440/2011, que instituiu a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, representa para as entidades?

A nova lei é de suma importância para as instituições sociais, já que as atividades assistenciais incluem a contratação com a Administração Pública. Isso porque essa nova certidão servirá para aferir a idoneidade das sociedades empresariais e das entidades filantrópicas, exatamente como já ocorria com a análise dos débitos advindos da Seguridade Social e outros tributos.

Janeiro

Dia	Obrigação	Fato gerador
6	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged – 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em dezembro/11
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de dezembro/11
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa a dezembro/11 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	GFIP	Guia de recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social
6	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente a novembro/11
13	CSSL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSSL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos de 16 a 31 de dezembro de 2011
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento em GPS da competência dezembro/11 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/11
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a dezembro/11 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessação de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
25	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente a novembro/11
	Cofins Código: 2172 PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em dezembro/11
31	Contribuição sindical – empregados	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em dezembro/11
	Contribuição Sindical Patronal	Recolhimento da contribuição sindical descontada de empregados em dezembro/11
	CSSL, Cofins e PIS/Pasep	Recolhimento da contribuição sindical às respectivas entidades de classe. Consultar a respectiva entidade sindical, a qual pode fixar prazo diverso
	GFIP - Competência 13	Pagamento dos valores retidos da CSSL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de janeiro de 2012
		Guia de recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011

Fevereiro

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged – 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em janeiro/12
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de janeiro/12
	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente a dezembro/11
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa a janeiro/12 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	Previdência social	Recolhimento em GPS da competência janeiro/12 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSSL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSSL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos de 16 a 31 de janeiro de 2012
17	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a janeiro/12 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessação de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa.
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/12
23	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/11
24	Cofins Código: 2172 PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em janeiro/12
	Contribuição sindical	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em janeiro/12
29	DES	Recolhimento da contribuição sindical descontada de empregados em janeiro/12
	Comprovante anual de rendimentos de pessoas físicas	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/11
	DIRF	Fontes pagadoras fornecem às pessoas físicas beneficiárias o comprovante de rendimentos pagos e da retenção do Imposto de Renda na Fonte, relativos aos rendimentos pagos em 2011
	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte referente a 2011
	CSSL, Cofins e PIS/Pasep	Prazo final para entrega da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ano-base 2011. Deve declarar a RAIS todo estabelecimento inscrito no CNPJ, com ou sem empregados, além do estabelecimento de pessoa física com empregados.
		Pagamento dos valores retidos da CSSL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de fevereiro de 2012

Tabelas práticas				
Contribuições previdenciárias (INSS)				
1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
De	Até	-	-	
-	R\$ 1.107,52	8%	8%	
R\$ 1.107,53	R\$ 1.845,87	9%	9%	
R\$ 1.845,88	R\$ 3.691,74	11%	11%	
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
De	Até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 1.107,52	8%	12%	20%
R\$ 1.107,53	R\$ 1.845,87	9%	12%	21%
R\$ 1.845,88	R\$ 3.691,74	11%	12%	23%
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes individual e facultativo, o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição.				
4 – Salário mínimo				
Período	Valor			
A partir de fevereiro/09	R\$ 465,00			
A partir de janeiro/10	R\$ 510,00			
A partir de janeiro/11	R\$ 540,00			
A partir de março/11	R\$ 545,00			

5 – IR - Fonte e Carnê Leão – 2011		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
Até 1.566,61	-	-
De 1.566,62 até 2.347,85	7,5%	R\$ 117,49
De 2.347,86 até 3.130,51	15%	R\$ 293,58
De 3.130,52 até 3.911,63	22,5%	R\$ 528,37
Acima de 3.911,63	27,5%	R\$ 723,95

Deduções admitidas:	
a)	Por dependente, o valor de R\$ 157,47 por mês;
b)	Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão até o valor de R\$ 1.566,61 por mês, a partir do mês em que o contribuinte completou 65 anos de idade;
c)	As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
d)	As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
e)	As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares semelhantes aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.
Cálculo do imposto:	
a)	Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
b)	Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.


Tabelas e datas sujeitas a alterações

Fonte: Marcelo Teixeira – CRC TC – 1SP224511/0-6. Bacharel em Direito e contabilista do Escritório Dom Bosco.

A DÉCADA DO

Data criada pela Organização das Nações Unidas em 2001 completa 10 anos

Por Silvia Naccache e Thaís Iannarelli



“O voluntariado é a expressão básica das relações humanas. Trata-se da necessidade que as pessoas têm de participar de suas sociedades e sentir que importam para os outros. Acreditamos que as relações sociais intrínsecas ao voluntariado sejam importantes para o bem-estar individual e comunitário”. A passagem foi retirada da pesquisa *State of the World's Volunteerism Report – Universal Values for Global Well-being*, publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011, e define o termo justamente no ano em que se celebra a década do voluntariado no mundo todo.

VOLUNTARIADO

Conheça o cenário do voluntariado no Brasil e no mundo

Com o passar dos anos, as oportunidades para que as pessoas se engajassem no voluntariado cresceram muito, e fatores presentes na última década favoreceram este crescimento. O desenvolvimento da tecnologia abriu novos espaços para a atividade, permitindo que as pessoas se relacionassem mais rapidamente do que antes. Além disso, o interesse do setor privado pelo voluntariado em termos de responsabilidade social também se desenvolveu muito, assim como os movimentos globais de pessoas interessadas no assunto, que mobilizam as formas tradicionais de voluntariado em todos os lugares. ▶





Voluntários trabalham na separação do material arrecadado para vítimas das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro

A comparação da pesquisa brasileira com a realizada pela ONU mostra que em todo o mundo voluntários contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico e social

O que é, exatamente, o voluntariado?

Embora a pergunta pareça simples, existem muitas explicações para o termo. A definição adotada foi aquela estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2001, que estipula três características: a ação deve ser voluntária, de acordo com a livre e espontânea vontade do indivíduo, e não uma obrigação definida por lei, contrato ou exigência acadêmica. A decisão de se tornar voluntário pode ser influenciada por pressão de colegas, valores pessoais ou obrigações sociais, mas a pessoa deve ter a possibilidade de escolher se quer ou não fazer alguma ação.

Além disso, a ação não pode ter como objetivo a recompensa financeira. Porém, é possível, sim, haver reembolso de gastos e provisões de alimentação e transporte. Essas contrapartidas são bem vistas, pois facilitam a participação dos voluntários. No voluntariado

empresarial, também é aceitável que o salário do funcionário continue intacto – neste caso, é a empresa quem doa o tempo de trabalho daquele funcionário para a ação voluntária.

Em terceiro lugar, a ação voluntária deve visar o bem comum. Direta ou indiretamente, deve beneficiar pessoas fora do círculo próximo ou familiar, ou uma causa, mesmo que a pessoa que é voluntária ou seus familiares também se beneficiem. Muitas culturas definem o voluntário como alguém que “trabalha pelo bem-estar da comunidade”.

Panorama no Brasil e no mundo

Para fechar as comemorações da década do voluntariado, o Sistema das Nações Unidas e a Rede Brasil Voluntário realizaram pesquisas sobre o assunto no Brasil e no mundo em 2011. A pesquisa brasileira foi encomendada ao Ibope pela Rede Brasil Voluntário, com o objetivo de



Valter Campanato/ABr

Exemplos de ação pelo mundo

Em muitos países, o voluntariado tem base em tradições e práticas da comunidade. Na Noruega, por exemplo, o termo *Dugnad* descreve o trabalho voluntário coletivo: um esquema tradicional de cooperação em grupos sociais como a família, a vizinhança, a comunidade, a região geográfica, o setor profissional ou a nação. Um exemplo de ação é a limpeza de áreas urbanas comuns. O *Dugnad* se trata de contribuir com dinheiro ou tempo. Também se relaciona com o senso de comunidade, com a ideia de construir relacionamentos entre vizinhos e membros da comunidade.

No mundo árabe, o voluntariado está associado a ajudar pessoas em celebrações ou em momentos difíceis, e é considerado como um dever religioso e trabalho de caridade. O voluntariado, em árabe, é *atawa'a*, que significa doar alguma coisa. Também significa se comprometer a uma atividade de caridade que não seja uma exigência religiosa. Origina-se da palavra *al-taw'al*, que significa leveza e flexibilidade. O conceito toma novas formas devido à modernização e ao desenvolvimento das instituições governamentais e não-governamentais.

No sudeste da África, o conceito de *Ubuntu* define o indivíduo em relação aos outros. Como dizia Nelson Mandela, "Um viajante que passa por um país pode parar num vilarejo sem ter de pedir comida ou água. Quando parar, as pessoas o darão comida, e vão deixá-lo à vontade. Esse é um dos aspectos do *Ubuntu*, que tem várias outras características. Não significa que as pessoas não possam enriquecer. A questão é: você vai fazer com que a comunidade ao seu redor também possa se desenvolver?".

Fonte: Haugestad. (2004, July 25-30); Leland. (2010, August 29); Mandela. (2006, June 1); Nita Kapoor, [Director General, Fredskorpset (FK Norway)], Personal Communication. (2011, July 27); Shatti. (2009).

analisar o cenário do voluntariado no Brasil após na década do voluntariado.

A pesquisa no Brasil trouxe um olhar atualizado de como melhorar o reconhecimento, a facilitação, o trabalho em rede e a promoção do voluntariado. Também destinou-se a valorizar o papel das redes e dos centros de voluntariado para o desenvolvimento e melhor compreensão da importante ferramenta de transformação social e cidadania que é a ação voluntária. Mostra a universalidade, a abrangência e o escopo do voluntariado, bem como as novas tendências do século 21.

A comparação da pesquisa brasileira com a realizada pela ONU mostra que na maioria das sociedades, em todo o mundo, voluntários contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico e social, em variadas áreas, tais como: sustentabilidade, inclusão social, coesão social, redução de riscos de desastres, governança e participação política para a paz e o desenvolvimento no futuro.

Se o voluntariado se tornasse uma nação:

1. China	1,306 milhões
2. Índia	1,094 milhões
3. Estados Unidos	296 milhões
4. Indonésia	229 milhões
5. Brasil	186 milhões
6. Paquistão	158 milhões
7. Bangladesh	144 milhões
8. Rússia	143 milhões
9. "Terra do Voluntário"	140 milhões
10. Nigeria	129 milhões
11. Japão	128 milhões

Fonte: Volunteering – Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project; População: Estados Unidos – Census Bureau

O PERFIL DO VOLUNTÁRIO BRASILEIRO

25%



da população brasileira declara que faz ou fez serviço voluntário***

SEXO



53%



47%

IDADE



22%
30 a 39 anos



19%
40 a 49 anos



16%
18 a 24 anos

OCUPAÇÃO



54% são voluntários com frequência definida



67% trabalham, sendo que 51% em período integral



TEMPO DEDICADO

3,5
dias/mês*

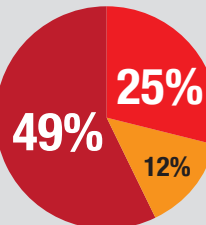


4h36/mês*

TIPO DE ORGANIZAÇÃO

Quais lugares você procura para se voluntariar?

49% instituições religiosas



25% assistência social

12% associação de bairro

SEGMENTO/ PÚBLICO

A quem se destinam as atividades voluntárias?

39% crianças/adolescentes



13% idosos



MOTIVAÇÕES

Quais as principais motivações?*

22% Religiosidade

- Norte/ CentroOeste: 29%
- Nordeste: 31%

32%

Fazer a diferença e melhorar o mundo

- Entre 16 e 29 anos

67%

Ser solidário e ajudar os outros

- Acima de 30 anos
- Região Sudeste: 76%

SATISFAÇÃO



77%

estão totalmente satisfeitos com a atividade voluntária que prestam

MOTIVAÇÃO



87%

estão totalmente motivados em continuar o serviço voluntário

Dados do perfil levantados a partir da 2ª fase da pesquisa encomendada ao IBOPE Inteligência, realizada em novembro de 2011 com 1.550 voluntários atuantes em todas as regiões do Brasil.
* Média dos tempos declarados
** Perguntas com mais de uma resposta possível
*** Dados relativos à 1ª fase da pesquisa feita em junho de 2011 encomendada ao IBOPE Inteligência.

Para a pesquisa completa, acesse:
www.redebrasilvoluntario.org.br

Números brasileiros

A pesquisa do voluntariado no Brasil, realizada pelo Ibope Inteligência, destaca que um em cada quatro brasileiros com mais de 16 anos, ou seja, cerca de 35 milhões de pessoas, faz ou já fez algum trabalho voluntário. Destes, 11% (15 milhões) exercem alguma atividade no momento, e 14% (20 milhões) não o fazem atualmente.

“Esta pesquisa nos mostra a evolução do movimento do voluntariado no Brasil”, afirma Maria Elena Pereira Johannpeter, presidente da Parceiros Voluntários (RS). “Há alguns anos, o voluntariado era visto como uma ação apenas de pessoas com boas condições financeiras. Atualmente, tanto no Brasil quanto no mundo, as ações voluntárias são entendidas como exercício da cidadania. São cidadãos preocupados com as necessidades de sua comunidade e que compreendem que é preciso haver a união entre governo, empresas e sociedade civil para a solução dos problemas sociais”, completa. Recentemente, têm surgido cada vez mais oportunidades para que as pessoas iniciem uma atividade voluntária, resultado de fatores como a globalização, o desenvolvimento de novas tecnologias e iniciativas associadas à responsabilidade social.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira fase aconteceu em junho de 2011 para conhecer a participação da população em ações de voluntariado, assim como para contribuir com os critérios de seleção dos respondentes da etapa seguinte da pesquisa. Nesta etapa, 2 mil pessoas foram entrevistadas. A segunda fase foi realizada em novembro de 2011 apenas com voluntários que já realizam alguma ação (total de 1.550 pessoas). Destes que já realizam alguma ação de voluntariado, 53% são mulheres e 47% são homens, com média de 39 anos de idade.

Dentre os voluntários, 38% têm ensino médio completo ou superior incompleto, e outros 20% têm ensino superior completo. A pesquisa também aponta que, dos que exercem ou já exerceram ações voluntárias, 67% trabalham fora, sendo que, destes, 51% trabalham em tempo integral, e 16% em meio período.

De acordo com Maria Lucia Meirelles Reis, diretora do Centro de Voluntariado de São Paulo, “estes dados mostram que, além dos mais jovens e dos mais velhos, que costumam dispor de mais tempo para atividades de voluntariado, as pessoas mais ocupadas têm se destacado no voluntariado e enxergam cada vez mais os benefícios e a importância de doarem um pouco de seu tempo livre”.

Segundo a pesquisa, o serviço voluntário é exercido em média há 5 anos. Os mais jovens, de 16 a 29 anos, exercem o voluntariado há menos tempo (3,2 anos). Pessoas de 30 a 49 anos o fazem há mais tempo, em média 5,4 anos. Dos voluntários que atualmente exercem alguma atividade, 54% o fazem com uma frequência definida e 46% atuam sem frequência definida. Em média, os voluntários dedicam 4,6 horas mensais ao serviço voluntário.

A maioria dos voluntários (77%) declarou estar totalmente satisfeita com o serviço voluntário que faz, com destaque para os resultados dos voluntários com mais de 50 anos (83% totalmente satisfeitos) e das classes sociais D e E (86%). Em relação à motivação para o exercício do trabalho voluntário, 67% apontam que o fazem para “ser solidários e ajudar os outros”; 32%, para “fazer a diferença e melhorar o mundo”; e 32% por motivações religiosas. Dos voluntários entrevistados, 87% declararam que estão totalmente motivados a continuar a exercer o trabalho voluntário.

A pesquisa também mostra que os voluntários são conectados. Do total, 87% deles têm celular, 64% têm computador, 62% usam a internet e 53% usam as redes sociais. Do total, 2% declararam que realizam o serviço voluntário à distância. “É muito positivo que os voluntários sejam pessoas conectadas. O que temos assistido é que a capacidade de disseminação das informações de voluntariado, e também de mobilização pelas causas, têm se multiplicado exponencialmente por meio do uso das mídias sociais”, afirma Fernanda Bornhausen Sá, do Instituto Voluntários em Ação.

O voluntariado on-line, aquele feito pela internet, eliminou a característica anterior, daquele voluntariado ligado a horários e locais específicos. Isso aumenta a flexibilidade e o comprometimento dos voluntários. O compartilhamento de informações pelas redes sociais, como Twitter, Facebook e Orkut, ajudou as pessoas a se organizarem em questões variadas, do meio ambiente à democracia, especialmente no Oriente Médio. A internet facilita o voluntariado porque conecta os interesses das pessoas que querem atuar com as necessidades das instituições.

Voluntários pelo mundo

Estudos recentes sobre voluntariado envolvendo vários países, especialmente os desenvolvidos, deram base sólida para discussão sobre o tema. Por exemplo, uma pesquisa feita no Canadá em 2007, a *2007 Canada Survey*

Recentemente, têm surgido cada vez mais oportunidades para que as pessoas iniciem uma atividade voluntária, resultado de fatores como a globalização, o desenvolvimento de novas tecnologias e iniciativas associadas à responsabilidade social



Trabalho voluntário tem papel fundamental no desenvolvimento de ações das instituições sociais


of Giving, Volunteering and Participating, registrou 2,1 bilhões de horas de trabalho voluntário, com crescimento tanto no número de pessoas (5,7%) quanto no número de horas (4,2%) em relação a 2004.

Também em 2004, nos Estados Unidos, o *Bureau of Labor Statistics*, do Departamento do Trabalho, mostrou que 62,8 milhões de pessoas foram voluntárias em alguma organização pelo menos uma vez nos 12 meses anteriores à pesquisa. Na Austrália, o *Bureau of Statistics* descobriu que, em 2007, 5,2 bilhões de pessoas somaram 713 milhões de horas de trabalho, o que equivale a 14,6 bilhões de dólares australianos. O estudo mostrou que 34% da população adulta era voluntária (36% das mulheres e 32% dos homens).

A pesquisa mundial *The World Values Survey* demonstrou que os habitantes da Ásia Oriental são mais propensos a divulgar que fazem “trabalho voluntário não-remunerado”, seguidos das pessoas na África, América do Norte e da região do Pacífico. Os níveis mais

baixos de trabalho voluntário foram encontrados na Europa Ocidental e Oriental.

O projeto comparativo do setor sem fins lucrativos da universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, estima que, entre 1995 e 2000, os voluntários atuando em organizações em 36 países, somados, resultariam no nono maior país do mundo em termos de população. Nesses mesmos 36 países, os voluntários compuseram 44% da força de trabalho das organizações da sociedade civil, representando o equivalente a 20,8 milhões de pessoas trabalhando em período integral.

Ao transformar este trabalho voluntário em valores financeiros, de acordo com a Johns Hopkins, a contribuição econômica dos voluntários nesses 36 países seria de 400 bilhões de dólares anualmente. Isso representava, em média, 1,1% do PIB desses países. Porém, em países em desenvolvimento, o trabalho voluntário representava algo em torno de 0,7% do PIB. 

Links

www.acaovoluntaria.org.br
www.parcerosvoluntarios.org.br
www.redebrasilvoluntario.org.br
www.rivoluntario.org.br
www.unv.org
www.voluntariado.org.br
www.voluntariosemacao.org.br

O desafio da Governança Corporativa nas filantrópicas

Trabalhar com transparência e responsabilidade requer compromisso com uma gestão profissionalizada

O Terceiro Setor no Brasil tem uma característica comum entre as entidades: muitas nascem a partir de uma ideologia social forte. Basicamente, é uma causa defendida por um grupo, que requer uma formação ou visão da obra como um negócio. Diante de um setor filantrópico extremamente pulverizado e regional, a gestão profissionalizada garante maior abrangência e sobrevivência para as organizações não-governamentais. Ao mesmo tempo que a gestão é embutida de emoção e engajamento, é possível adotar mecanismos de controle, acompanhamento e resultados.


Aplicar as boas práticas de governança corporativa, que regem as empresas privadas presentes no mercado financeiro, é possível para as entidades do Terceiro Setor. Para isso, é preciso estruturar-se como um negócio, a fim de evitar dificuldades financeiras e garantir a perenidade, sem abrir mão da causa social a qual está atrelado. Este é o maior desafio da profissionalização da gestão das entidades filantrópicas.

Foi exatamente isso o que aconteceu com a Associação Congregação de Santa Catarina (ACSC). Trata-se de uma entidade filantrópica criada com base na ideologia católica das irmãs associadas à Congregação de Santa Catarina. De caráter essencialmente religioso e espiritual, a entidade tem uma causa baseada na filosofia cristã de dedicar-se aos que precisam de ajuda. Com atuação em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiânia, Mato Grosso e Ceará), a ACSC possui entidades nos setores de saúde, educação e assistência social. São mais de 34 casas sob a gestão da Associação, que beneficiam mais de 8 milhões de pessoas anualmente. Esta rede, que teve início em uma casa no Rio de Janeiro exigiu a profissionalização da gestão para garantir a sustentabilidade de suas obras. Para isso, as irmãs de Santa Catarina contrataram profissionais do mercado para compor o corpo diretivo da casa e criaram um modelo autossustentável, no

qual casas que geram lucro transferem os recursos para as obras sociais. Trata-se de um lucro que retroalimenta esta rede de valor compartilhado que compõe a ACSC.

As práticas atuais de governança corporativa da Associação reduzem a vulnerabilidade da empresa, pois retiraram a dependência a determinadas personalidades na gestão, o que geralmente acontece em empresas familiares, quando um ou mais sócios são os detentores de toda a decisão estratégica da empresa. Por isso, a ACSC criou um modelo de governança que preserva a missão apostólica alinhado aos 4 princípios da governança corporativa (transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa).

Existe hoje, portanto, uma estrutura que contempla uma Assembleia Geral, que representa o poder máximo da ACSC. Seus membros são as Irmãs associadas, Conselho de Administração (concentra o poder decisório, delegado pela Assembleia Geral na gestão da ACSC, constituindo-se no responsável máximo pelos resultados e pela operação da ACSC e suas Casas, que é composto também por conselheiros externos especializados em gestão financeira e gestão de pessoas), superintendente (que orienta as atividades da ACSC, conforme as diretrizes emanadas pelo Conselho de Administração, buscando consolidar a missão, a visão e as metas estabelecidas) e diretorias (responsáveis pela gestão direta de cada um dos negócios da entidade).

Se você leu este artigo e acredita que não possui estrutura suficiente para usar este tipo de organização, temos uma boa notícia: governança corporativa não significa aplicar exatamente esta estrutura de pessoas. As boas práticas de governança são baseadas em como você estabelece transparência com a sociedade e, para isso, existem várias soluções. Você pode encontrar a sua dentro da sua realidade. Basta ter em mente a estratégia e descentralizar a decisão, mantendo a ordem e controle de forma sistemática e próxima. 



ASSOCIAÇÃO
CONGREGAÇÃO DE
SANTA
CATARINA

 Link
www.acsc.org.br

 e-mail
visibilidade@acsc.org.br

 Telefone
(11) 5103-5665

A sustentabilidade passa pela comunicação responsável



Fernando Credidio

fcredidio@gmail.com

Professor, palestrante, ensaísta e gestor e consultor em comunicação sustentável.



Joana Mao

joana.mao@gmail.com

Gestora ambiental e consultora em estratégias de comunicação de causa.

Atualmente, a uma empresa não basta ter produtos e serviços de qualidade, preços competitivos e bom atendimento. É preciso também que estes sejam percebidos como tendo sido produzidos por uma organização preocupada com as questões sociais e ambientais.

Já há muito tempo as empresas líderes praticam ações socioambientais. A diferença é que, nos dias de hoje, essas atividades devem fazer parte do planejamento estratégico, visando à sustentabilidade de seu negócio.

Incorporar práticas de sustentabilidade aos negócios é fazer o que já se faz de forma ética, responsável (social e ambientalmente), com abertura, diálogo e transparência. O resultado é um ambiente mais favorável às boas práticas de mercado. A partir da disseminação dessas práticas é que se constrói a articulação necessária para o alicercamento de negócios sustentáveis, tornando a empresa uma agente de transformação social.

Nesse cenário, a maneira como uma organização se comunica com os seus diferentes públicos – os chamados *stakeholders* – passa a ser fator preponderante para indicar o seu nível de sustentabilidade. Entretanto, gerir a comunicação de modo ético, responsável e transparente é tarefa cada vez mais complexa, e requer capacidade de aprendizado constante.

Valor agregado x valor somado

Ainda que intuitivamente, empresas conceituadas sempre procuraram oferecer bom atendimento e serviços complementares, partindo do princípio de que o cliente satisfeito retorna. A cortesia no trato, o tapete vermelho e o cafezinho já fizeram parte desse cenário. Hoje, não bastam. O consumidor está informado, compara preços e benefícios, exige resultados. Esses detalhes, antes chamados de valor agregado, não passam, atualmente, de obrigação. Somam alguma coisa? Sim, mas por si só não bastam. São apenas “valor somado”.

Para agregar valor de fato, deve-se ir além, comprometer-se com a comunidade, investir no social e no

meio ambiente, ousar, correr o risco de ser imitado e, principalmente, não cobrar mais pelo que se está fazendo em prol da sociedade.

Como fazer?

Como sempre alertamos, o consumidor está cada vez mais atento a respeito do comportamento ético das empresas, bem como às suas políticas e práticas de sustentabilidade, em especial na forma como estas são comunicadas.

Para realizar esse trabalho, não existe receita pronta. Entretanto, há certas diretrizes e conceitos que devem ser levados em conta no momento de se planejar a comunicação institucional e, também, a de produtos e serviços, sempre tendo em vista que está em jogo a credibilidade, a reputação e a imagem da empresa perante as partes interessadas.

Listamos, abaixo, algumas recomendações que podem servir de guia para a implementação de uma comunicação responsável:

- A comunicação deve ser crível, transparente e honesta, informando, de forma simples, apenas o que seja real;
- Ao comunicar uma determinada prática socioambiental, relatar as atividades realizadas e os impactos promovidos;
- Não se valer das práticas socioambientais com a intenção de promover a “limpeza” do nome e da imagem da empresa;
- Não prometer mais do que a organização tem capacidade de realizar, evitando, dessa forma, que o discurso se volte contra as práticas verdadeiramente efetivadas;
- Não comunicar ações que não tenham provocado impactos relevantes;
- Comunicar somente os dados que sejam mensuráveis e que mostrem os autênticos impactos e as verdadeiras transformações promovidas nas comunidades beneficiárias das intervenções;

- Informar as partes interessadas sobre os impactos – positivos e negativos – das operações relativas ao seu negócio;
- Potencializar os canais de comunicação e de relacionamento, a fim de permitir à direção da empresa atender as expectativas de seus diferentes públicos;
- Planejar a comunicação de acordo com cada grupo de *stakeholders* da organização;
- Aproveitar ao máximo os diversos meios de comunicação alternativos dos quais a empresa se utiliza no dia a dia: redes sociais, *mailings*, *newsletters*, telefone etc.;
- Integrar a comunicação das práticas socioambientais às ações gerais da organização;
- Envolver os porta-vozes da empresa desde o início das atividades, para que sejam parte do processo comunicacional;
- Não se utilizar de propaganda “barata”, não fazer alarde ou, ainda, tratar a comunicação das ações socioambientais simplesmente como um mero exercício de relações públicas;
- Sempre que possível, incluir modelos e exemplos de práticas e comportamentos positivos em todas as formas de publicidade veiculadas pela empresa;
- Valer-se do bom gosto, do bom senso, da estética e, sobretudo, da ética nos textos, nas ilustrações, nas imagens e nos demais recursos comunicacionais;
- Não empregar mensagens ofensivas ou discriminatórias ao se referir a grupos específicos ou minoritários;
- Assegurar que as informações sobre seus produtos e serviços sejam verdadeiras (corretas, claras e completas);
- Comunicar, clara e visivelmente, o preço, as condições de pagamento/financiamento, as garantias e os custos adicionais de seus produtos e serviços;
- Ao difundir ações socioambientais, assegurar uma proporção coerente entre o valor destinado aos

projetos e aquele que será investido para a sua divulgação;

- Valer-se, primordialmente, da mídia espontânea, que é gratuita, bem como de anúncios institucionais bonificados, igualmente sem custo;
- Divulgar as ações socioambientais por meio de balanços sociais e de relatórios de sustentabilidade;
- Comunicar somente aquilo que se pode, efetivamente, realizar. Não fazer propaganda enganosa;
- Desencorajar estereótipos que induzam tratamento discriminatório às pessoas, em especial, aos grupos minoritários;
- Não utilizar abusivamente de menores de idade nas campanhas publicitárias, sob a pecha de que “criança vende”;
- Evitar o uso exagerado de “celebridades”. Há casos em que determinada personalidade está em diversas ações ao mesmo tempo na mídia, e também está engajada com alguma causa social. A superexposição de sua imagem gera o chamado efeito “desatribuição”, isto é, quando a sociedade não sabe mais o quê, afinal, aquela “celebridade” está divulgando.

Nunca é demais salientar que a comunicação tem o poder de fazer o bem. Por isso, não se pode se limitar a campanhas efêmeras ou pontuais. Tem de ser todo dia, em razão de sua enorme responsabilidade sobre as demandas cruciais que afetam a sociedade. A comunicação deve ter também uma função educativa. Mais do que ensinar a consumir e adquirir tantas coisas, ela deve assumir o seu papel social.

Convém enfatizar, mais uma vez, que os diferentes canais de comunicação não servem, exclusivamente, para vender margarina, cerveja, sabonete ou detergente em pó. Ela também tem como missão ajudar os povos a se organizarem. E cada vez mais vai precisar abraçar grandes causas cívicas, sociais e humanitárias. 🌱

Gerir a comunicação de modo ético, responsável e transparente é tarefa cada vez mais complexa, e requer capacidade de aprendizado constante

Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress – Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800
www.maxpress.com.br

Maxpress



Preservação e sustentabilidade

Considerada uma das regiões mais preservadas do Brasil, o Jalapão recebe turistas para promover a cultura e o desenvolvimento locais

Por Thaís Iannarelli

O Brasil é um país muito rico quando se trata da diversidade em todos os aspectos. Em relação à população, é conhecido pela mistura de raças; quando se fala em geografia, paisagens das mais diversas são encontradas do Oiapoque ao Chuí – além da rica costa, fomos presenteados também com grandes áreas de cerrado, montanhas e densas florestas.

Em meio a tanta diversidade, existe no Brasil uma região ainda pouco explorada, extremamente preservada e de paisagens belas: o Jalapão, localizado no Estado do Tocantins, fazendo divisa com

Bahia, Maranhão e Piauí. Apesar de ser repleto de fontes de água cristalina e inúmeros rios, o local é conhecido como “deserto” devido à baixa densidade populacional – uma das menores do país –, e também por ter muitas áreas áridas. O Jalapão mantém até hoje muitas de suas características originais, e deve se consolidar como a maior área de preservação contínua da savana brasileira graças às Unidades de Conservação e ao turismo sustentável. Em 2001 foi criado o Parque Estadual do Jalapão, com 150 mil hectares e vegetação predominantemente de cerrado.



A região é preservada principalmente devido ao difícil acesso – estradas de terra que só podem ser cruzadas por caminhões ou veículos 4x4. Pessoas do Brasil inteiro têm visitado a região com o intuito de entrarem em contato com a natureza e conhecerem os atrativos únicos da área. Além disso, é lá que se encontra o artesanato feito com o capim dourado, hoje conhecido em todo o país.

Após visitar Palmas e conhecer regiões do Jalapão, em 1995, Luciano Rodrigues Cohen decidiu sair de São Paulo e morar na capital do Tocantins. “Fomos fazer um passeio para conhecer Palmas e, pesquisando na internet, encontramos algo sobre o Jalapão. Comprei um carro 4x4 e fomos. Ficamos apaixonados, porque não tinha energia elétrica, uma viva alma, um papel no chão, além de ter muita vida selvagem. Daí surgiu a ideia de montar alguma coisa por lá. Em 2000 surgiu o projeto, e nasceu a Korubo”.

A proposta da Korubo Expedições é aproximar o viajante da natureza, porém, sem abrir mão de

tomar um banho quente – com água do rio aquecida pela energia solar – e apreciar saborosas refeições – preparadas pelos funcionários do *camping*. Assim, após saída de Palmas com o caminhão da empresa, os viajantes chegam ao Safari Camp Korubo, que possui tendas com duas camas e banheiro individual com sanitário e pia. À beira do Rio Novo, o *camping* possui uma sala de banhos com água aquecida pela energia solar. A mesma energia é usada para abastecer pequenos *leds* (lâmpadas com iluminação somente para se situar no escuro), sem uso da energia elétrica. “Não usamos energia elétrica, mesmo que a rede esteja relativamente próxima, a 4 km do *camping*. Não temos a intenção de usar porque incentiva a ideia que algumas pessoas têm de construir hidrelétricas no Jalapão, usando nosso potencial hídrico. Não concordamos com isso, e pretendemos continuar melhorando nossos sistemas de energia usando fonte solar, hídrica e eólica, sem apelar para a energia convencional”.

À esquerda, rio de água potável na beira do *camping* da Korubo. À direita e acima, *camping* da Korubo deixa o turista em pleno contato com a natureza. À direita e abaixo, dunas do Jalapão



Artesanato local feito com capim dourado

“A ideia era justamente evitar ao máximo utilizar combustíveis fósseis, então, tentamos usar placas solares, além da bomba d’água que usa energia hídrica do rio. Claro que temos bombas de apoio e gerador, mas tentamos evitar ao máximo o uso de combustíveis fósseis, que geram poluição”.

Em relação aos resíduos, o *camping* possui banheiros de concreto dentro das tendas, devido à exigência do órgão estadual local. “Antes, tínhamos banheiros químicos e colocávamos os resíduos em galões de 200 litros para levar para a capital. Mas exigiram algo melhor, e fizemos. Tivemos que fazer banheiros de concreto, porque não tem como fazer uma fossa no chão de areia. Mas tentamos ao máximo evitar este tipo de impacto”. O tratamento sanitário se dá através de um sistema de fossa – filtro anaeróbico que é, na realidade, uma miniestação de tratamento, onde o resíduo final é esterilizado por

meio de cloração, o que permite o reuso da água para tarefas como regar plantas e limpeza de equipamentos. O lixo, por sua vez, é separado, podendo ser reutilizado no acampamento ou encaminhado para a comunidade, quando se trata de latinhas e garrafas de vidro.

O local do acampamento é uma área aberta sombreada por cajueiros e mangabeiras às margens do Rio Novo – rio de água potável. O local já abrigou uma vila chamada travessia do Guariba, e era utilizado como descanso de gado.

Participação e inclusão da comunidade

Os funcionários da Korubo são, em grande parte, originários da região do Jalapão, fato que demonstra a preocupação em fazer girar a economia local e inserir os habitantes no mercado de trabalho. Outra contribuição da empresa foi incluir nos passeios não só os atrativos naturais, mas também a cultura local e o artesanato com o capim dourado, típico da região. “Hoje, o pessoal lá vive basicamente do capim dourado e do turismo. Para nós, que estamos lá desde 1995, foi uma mudança muito radical, porque a comunidade de lá basicamente não tinha nada. Outro ponto é que as mulheres hoje são as que dominam a renda, porque fazem o artesanato do capim dourado e fazem a renda girar”. O trabalho com capim dourado é atualmente disseminado por todas as regiões do país.

Atrativos

Em média, a Korubo recebe de 600 a 700 pessoas por ano, principalmente brasileiros. De março a dezembro o período é mais chuvoso, mas não impede a realização do roteiro. Em termos de temperatura, é uma região quente o ano inteiro, com 30 a 35°C durante o dia, e 13 a 20°C durante a noite, dependendo da época do ano.

Segundo Luciano, o que leva as pessoas a conhecerem o Jalapão é a vontade de entrar em contato com a natureza. “Tentamos passar às pessoas a ideia de que elas vão se sentirem livres, ficar sem celular e internet por alguns dias. É uma oportunidade de botar os pés no chão, sair das quatro paredes e dormir embaixo das estrelas, tomando banho num rio de água potável. Acho que temos essa vantagem: a oportunidade de as pessoas se tornarem mais ‘bicho’, voltar às origens”. 🐾

ZEPPELINI

ARQUITETURA

Construindo sonhos...

Responsabilidade social no DNA

Intel investe em programas de educação e empreendedorismo com o intuito de melhorar a qualidade de vida das comunidades atendidas

Por Paula Craveiro

Líder mundial em inovação, a Intel projeta e fabrica tecnologias essenciais que servem como base para os dispositivos computacionais de todo o mundo.

Fundada em 1968, nos Estados Unidos, a companhia criou o primeiro microprocessador do mundo há 40 anos, abrindo caminho para a computação pessoal e a realidade em que vivemos hoje.

A Intel atua diretamente no Brasil há 24 anos, acelerando processos de inovação e inclusão digital junto ao povo brasileiro, e auxiliando o país em sua jornada para transformar-se em uma sociedade baseada no conhecimento.

Desenvolvimento social

Para a Intel do Brasil, a responsabilidade social está fortemente ligada à sua gestão diária. “Trata-se de uma empresa consciente das atitudes que devem ter as organizações líderes do nosso tempo”, ressalta a gerente de Responsabilidade Social Corporativa da Intel América Latina, Rosângela Melatto.

A tecnologia é uma indústria que gera desenvolvimento econômico e social no mundo e, evidentemente, o Brasil não é uma exceção. A Intel opera no país com escritório local, que também é a sede das operações para a América Latina. “Procuramos tornar

possível a qualidade de vida das pessoas por meio do uso de tecnologia e inovação, inspirar uma nova geração de inovadores e fortalecer comunidades por meio da promoção da cidadania”, afirma a gerente.

Projetos socioambientais

“A Intel tem a responsabilidade social em seu DNA”, garante Rosângela, complementando que os programas de educação da companhia têm mais de 15 anos.

Ela lembra que o primeiro relatório de responsabilidade socioambiental da Intel foi publicado em 1994, quando ainda nem se falava no assunto. “Desde então, a empresa publica relatórios anuais com base no Global Reporting Initiatives (GRI), comprometendo-se com o meio ambiente, com a promoção social e inclusiva da sociedade onde atua e com seus funcionários”.

O conceito de responsabilidade social é compreendido pela empresa como ‘fazer as coisas certas do jeito certo’. “Isso é algo que permeia a cultura e as iniciativas da Intel, tanto no Brasil quanto no mundo”, assegura a gerente.

Ao longo de sua história, a Intel tem reduzido seu impacto ambiental, investido em seus funcionários e se engajado com todas as comunidades com as quais se relaciona, sejam clientes, fornecedores ou entidades que assiste de alguma maneira.



Programa de apoio ao empreendedorismo de jovens universitários

Rosângela Melatto conta que os programas desenvolvidos pela empresa – com foco em educação, voluntariado, meio ambiente, entre outros – são administrados por uma equipe local, sendo a própria Intel e sua fundação (Fundação Intel, com sede nos Estados Unidos) as responsáveis pelos recursos. “A prestação de contas é feita através de métricas pré-estabelecidas para o ano. Os relatórios são submetidos semestralmente à fundação, dando conta da utilização dos recursos”.

Áreas de atuação

Segundo afirma Rosângela, a companhia acredita na força da educação e as ações desenvolvidas pela área de RSE comprovam essa crença.

No ensino médio, a Intel do Brasil apoia feiras de ciências locais que classificam os ganhadores para a Intel ISEF (do inglês, Feira Internacional de Ciências e Engenharia), considerada a maior feira de ciências em nível pré-universitário no mundo.

“Por meio do Programa Intel Educar temos capacitado professores de todo o país para o uso efetivo de tecnologia em sala de aula, consequentemente proporcionando aos seus alunos o uso adequado de ferramentas do século XXI”, explica.

A Intel está convencida de que, por meio de suas atividades, é possível potencializar a inovação nas

comunidades em que atua, agregar qualidade à educação, gerar espírito empreendedor e fortalecer a indústria local.

“No ensino superior, nosso programa de apoio ao empreendedorismo de jovens universitários, com aconselhamento durante a fase de projeto e competição de plano de negócios, tem estimulado o crescimento de pesquisas e criação de projetos inovadores em diversas áreas da tecnologia em nosso país”.

Segundo a gerente de RSE, os programas com a comunidade têm sido de grande valia aos participantes. O Intel® Aprender auxilia os jovens a desenvolverem projetos comunitários que resolvam os problemas de seu cotidiano, enquanto o Intel Involved procura utilizar as habilidades dos funcionários da companhia para auxiliar jovens e adultos das comunidades do entorno.

O Intel Involved é o programa de voluntariado da empresa e foi criado para ser uma forma proativa de os funcionários auxiliarem as comunidades do entorno. “O programa tem alcançado a cada ano objetivos mais audaciosos. Nosso programa é gerido por comitês voluntários de funcionários, que buscam oportunidades para a realização de atividades nas comunidades do entorno de nossas operações e que proporciona que nossos colaboradores utilizem sua expertise em prol

A Intel está convencida de que, por meio de suas atividades, é possível potencializar a inovação nas comunidades em que atua, agregar qualidade à educação, gerar espírito empreendedor e fortalecer a indústria local

O Intel®
Aprender auxilia
os jovens a
desenvolverem
projetos
comunitários
que resolvam os
problemas de
seu cotidiano,
enquanto o Intel
Involved procura
utilizar as
habilidades dos
funcionários da
companhia para
auxiliar jovens
e adultos das
comunidades do
entorno

da comunidade, durante seu expediente normal de trabalho”, explica Rosângela.

Em parceria com organizações não-governamentais locais e entidades facilitadoras para execução das atividades, como a United Way e o Instituto Dom Bosco, a Intel possibilita que seus funcionários realizem atividades como mentoria de jovens (nas áreas de Matemática, Finanças e investimento em educação), empreendedorismo, entretenimento, além da realização de campanhas internas para atender às necessidades imediatas das comunidades atendidas, como campanha do leite e brinquedos. Também foram realizadas campanhas de doação de roupas e alimentos com o objetivo de atender às vítimas das catástrofes das enchentes de Santa Catarina e do Rio de Janeiro.

“Em 2011, a Intel contou com seis projetos organizados para a adesão de seus funcionários. A participação de nossos funcionários no trabalho voluntário, com mais de 80% de adesão, foi um número bastante expressivo. Creio que o voluntariado qualificado é o que ainda nos falta atingir. É necessário ter ainda mais pessoas envolvidas em atividades voluntárias em suas áreas específicas de qualificação, para, assim, fazermos a diferença em nossas comunidades”, ressalta Rosângela.


Ela destaca a Campanha Intel do Bem, foi realizada em 2010 em parceria com a United Way, que proporcionou a mentoria de jovens do Ensino Médio, atividades lúdicas com as crianças do Instituto Dom Bosco e assistência a lares que acolhem jovens e crianças.

As aulas ajudam os estudantes a descobrirem um novo mundo e acreditar que é possível prepararem-se para outras oportunidades. As atividades lúdicas dão às crianças o protagonismo necessário para serem



Rosângela Melatto, gerente de RSE

atuantes e perceberem que são importantes na sociedade. “Sentimo-nos orgulhosos por termos alcançado, em 2010, a marca de 1 milhão de professores capacitados no programa Intel Educar, além de termos contado com a participação de 71 estudantes no Intel ISEF 2010, que foram vencedores de 31 prêmios, representando um aumento de 100% de premiações em comparação ao ano de 2009. Essas foram as nossas maiores conquistas”.

Anualmente, a Intel do Brasil, por meio das ações e projetos desenvolvidos por sua área de Responsabilidade Social Corporativa, atende mais de 50 mil pessoas. 

Link 
www.intel.com.br

MARKET  ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA
EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social
Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação
Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br

300gr + VERNIZ LOCALIZADO

500 unidades
R\$ 110,00

1.000 unidades
R\$ 140,00



Class Comunicação: Marketing Digital e Impressos

A Class Comunicação foi criada para auxiliar e orientar clientes em ações de marketing, de forma simples, prática e objetiva. Nosso objetivo é diminuir o espaço que existe entre uma campanha e o cliente. Abrangemos uma grande variedade de serviços relacionados a marketing virtual, como desenvolvimento de sites e hotsites, e-commerce (loja virtual), campanhas de e-mail marketing, desenvolvimento de identidade visual, entre outros.

Assumimos também a responsabilidade de trazer aos nossos clientes alta qualidade e baixo custo em tudo que diz respeito a material impresso, firmamos uma parceria com uma das mais renomadas gráficas do país e com isso conseguimos oferecer um material diferenciado, de qualidade, com preço baixo e livre de preocupações, pois gerenciamos todo o processo de produção, desde o desenvolvimento da arte até a entrega do material pronto para divulgação/distribuição.

Saiba mais sobre nossos Serviços ou confira nossos ótimos preços para materiais Impressos.

Alguns Serviços

- Websites
- E-commerce
- E-mail Marketing
- Folders
- Catálogos
- Impressos em geral
- Identidade Visual
- Logotipos

Boas novas na percepção da sustentabilidade empresarial

O abismo entre o que se espera que as empresas façam e a análise do seu trabalho parou de aumentar – chegou a diminuir, inclusive. A credibilidade na comunicação sobre sustentabilidade corporativa cresceu

Decifrar a percepção dos cidadãos a respeito da atuação socioambiental das grandes companhias pode ser um verdadeiro quebra-cabeças. A pesquisa Monitor de Responsabilidade Social, realizada anualmente pela Market Analysis, mostra que existe mais de uma história na mente dos consumidores sobre como o universo corporativo se posiciona diante da sustentabilidade. E não é raro que essa pluralidade de sinais acabe soando confusa nos ouvidos de quem precisa tomar decisões acerca do que o mercado pensa.

Ao longo da primeira década do novo milênio, os dados do Monitor apontavam, de um lado, alto interesse e receptividade do consumidor à proposta de sustentabilidade corporativa, com uma média histórica de 75% dos brasileiros reconhecendo a importância desse rumo para o trabalho conjunto de empresas e sociedade; de outro lado, decepção e receio quanto aos avanços das grandes empresas. Decepção porque – de modo sistemático – as expectativas de atuação e avaliação de desempenho do universo corporativo só se afastaram uma da outra. No Brasil, essa distância, que era de 45 pontos percentuais em 2001, quase duplicou em 2009. No mundo, esse distanciamento começou no mesmo patamar, mas cresceu de forma um pouco mais moderada. E a decepção tinha como companhia o receio, porque os níveis de desconfiança sobre o que as empresas diziam fazer em matéria de responsabilidade social e ambiental reuniam um número de consumidores bastante próximo ao dos que acreditavam nas mensagens dessas empresas. Ao mesmo tempo, a tendência mundial de relacionamento desses

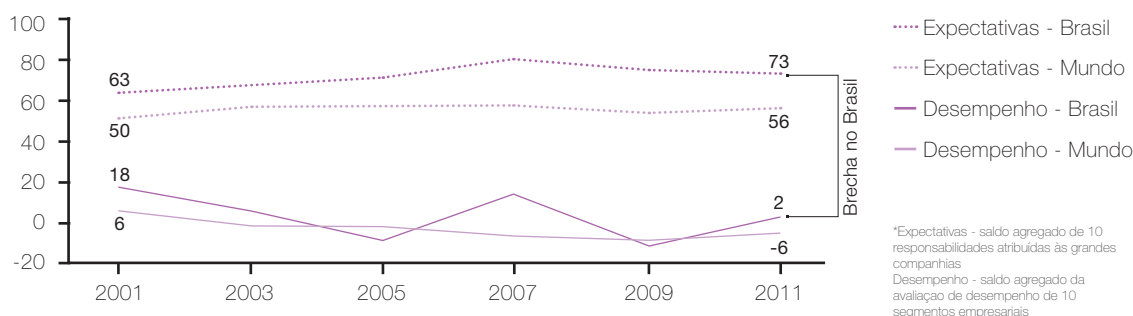
consumidores com as grandes companhias passava predominantemente pela crítica ou pelo boicote.

Até que, pela primeira vez na história do estudo Monitor de Responsabilidade Social, o quadro de percepções dentro e fora do Brasil mudou de forma efetiva em 2011. O abismo entre o que se espera que as empresas façam e a análise do seu trabalho parou de aumentar – chegou a diminuir, inclusive. A credibilidade na comunicação sobre sustentabilidade corporativa cresceu. E o comportamento de recompensa, mais efetivo em empolgar as companhias a trilhar o rumo da governança, superou o boicote e outras condutas de retaliação ancoradas em critérios éticos e ambientais. Ao que tudo indica: será que, finalmente, as boas notícias chegaram?

Aproximando expectativas de resultados percebidos

Quando o Monitor realizou sua primeira medição sobre o que os consumidores de 15 países, inclusive o Brasil, esperavam da atuação sustentável das grandes empresas e de que maneira os resultados dessa ação eram avaliados, a distância era de pouco mais de 40 pontos percentuais. Corria o ano de 2001, os escândalos corporativos ainda não povoavam a agenda pública e o que poderia parecer, na época, uma lacuna alarmante nas percepções do público consumidor passou para a história como o momento de melhor percepção do trabalho corporativo. Nos anos seguintes, menos por explosão de expectativas e mais por críticas à atuação empresarial, a lacuna foi progressivamente se ampliando até chegar, em 2009, a

Desafio da atuação sustentável no Brasil: brecha entre desempenho e expectativas (2001 a 2011*)



64 pontos. Mas algo aconteceu em 2011 que levou – pela primeira vez numa década – os consumidores a mudar a maneira como enxergam as companhias. A distância entre expectativas e resultados reduziu, caindo de 64 para 62 pontos (no mundo) e de 89 para 71 pontos (no Brasil). Mais positivamente, a queda não foi fruto de um ajuste nas exigências do público e, sim, derivação de uma melhora no modo como o impacto do desempenho em sustentabilidade é entendido.

É verdade que o quadro poderia ser mais promissor para a relação entre consumidores e empresas – como aconteceu em 2001. Mas também é verdade que hoje o mercado reage de maneira diferente perante o mundo corporativo. O momento das iniciativas de responsabilidade corporativa como “surpresa agradável” em meio a um clima de opinião favorável à autorregulação e ao empreendedorismo privado ficou na história; hoje, as ações efetivas de governança socioambiental são exigências naturais esperadas pelo mercado e atividades que – aos olhos dos cidadãos – representam cada vez menos diferenciais competitivos e cada vez mais pré-requisitos básicos para participar e subsistir no mercado.

Por isso, mesmo que ainda exista muito espaço para avanços, as implicações da presente melhoria de rumo são óbvias: maior receptividade às iniciativas empresariais, maior credibilidade nas suas ações, menor pressão em favor da regulamentação governamental e maior legitimidade social das lideranças sustentáveis.

Melhorando as respostas do público

Dois efeitos deste começo de afinamento entre consumidores e empresas são registrados pela pesquisa Monitor de Responsabilidade Social. De um lado, muda substancialmente o padrão de respostas desde as quais os cidadãos se situam diante da proposta de sustentabilidade: em vez de buscar disciplinar o mercado apelando para boicotes, campanhas negativas e questionamentos

às gerências corporativas, as pessoas lançam mão com mais força de incentivos positivos, tais como a recompensa no ponto de venda em termos de recomendação, ou até buscando dialogar e interagir mais com sua gerência e funcionários.

Se, no Brasil, esse pendor pela compensação em vez da punição é histórico, em muitos dos países-berço do movimento pela governança corporativa e responsabilidade ambiental (como EUA, Reino Unido e Alemanha) a situação sempre foi oposta: o público, enquanto demanda, atua de forma a gerar fortes perdas (antes que vultosos ganhos) às empresas desengajadas ou com práticas questionáveis. Lá fora, o consumidor se posiciona como equilibrador do jogo competitivo entre corporações de forma disciplinadora. O boicote se constituía na moeda de troca mais efetiva na relação desigual entre o indivíduo e a corporação. Mas, ao que promete, isso pode ter virado história.

A nova década de sustentabilidade corporativa

A mudança para um modelo recompensador, e não puramente retaliador, na relação consumidor-empresa volta a trazer à tona as oportunidades (mais do que os riscos e ameaças, embora estes subsistam) presentes para aquelas organizações que conseguirem dialogar com autenticidade e efetividade com a agenda da sustentabilidade. Aproveitar o bom humor do público consumidor, sua leitura mais positiva da atuação empresarial nesse campo, sua maior confiança na palavra das corporações, sua preferência por prestigiar os negócios das companhias responsáveis, e não de punir as irresponsáveis, reforça o *business case* da governança sustentável. Após anos de decepção e receio acumulados na cabeça do consumidor, e de gerar desânimo ou uma sensação de tarefa titânica pela frente entre as lideranças empresariais genuinamente engajadas com a responsabilidade socioambiental, essas boas notícias não são pouca coisa.

A mudança para um modelo recompensador, e não puramente retaliador, na relação consumidor-empresa volta a trazer à tona as oportunidades presentes para aquelas organizações que conseguirem dialogar com autenticidade e efetividade com a agenda da sustentabilidade

Link

www.marketanalysis.com.br

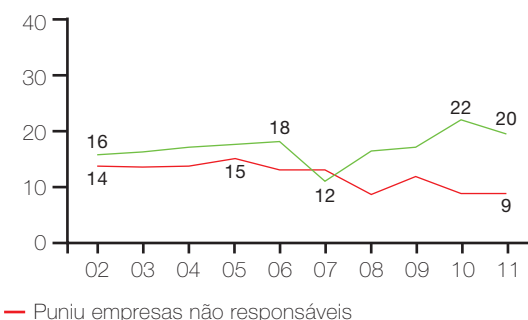
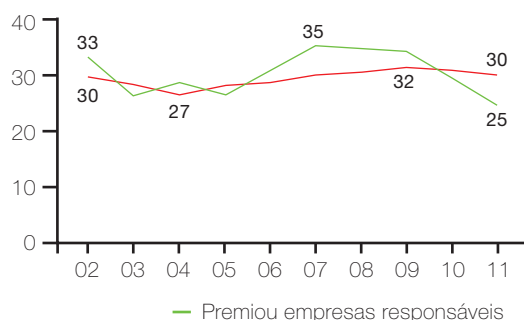
e-mail

info@marketanalysis.com.br

Telefone

(48) 3234-8573

O retorno do consumidor: premiação e punição de empresas com relação ao trabalho desenvolvido em RSC (Brasil e mundo* - 2002 a 2011)



*A média mundial inclui dados de 15 países: Austrália, Brasil, Canadá, Chile, China, França, Alemanha, Indonésia, Itália, México, Nigéria, Rússia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

Um em cada quatro brasileiros já fez trabalho voluntário

Um em cada quatro brasileiros com mais de 16 anos, cerca de 35 milhões de pessoas, faz ou já fez algum trabalho voluntário. É o que aponta pesquisa da Rede Brasil Voluntário, realizada pelo IBOPE Inteligência. Destes, 11%, cerca de 15 milhões de pessoas, exercem alguma atividade voluntária no momento e 14% (cerca de 20 milhões) não o fazem. A pesquisa foi encomendada pela Rede Brasil Voluntário com o objetivo de analisar o atual cenário do voluntariado no Brasil, após 10 anos da mobilização do Ano Internacional do Voluntário (2001). "Esta pesquisa nos mostra a evolução do movimento do voluntariado no Brasil", afirma a presidente da Parceiros Voluntários (RS), Maria Elena Pereira Johannpeter.

 www.parceirosvoluntarios.org.br


Projeto mobiliza internautas na luta contra o câncer

Histórias de pessoas que vivenciaram ou se encontram em situação limite em função de doenças graves como o câncer têm, agora, lugar para se encontrar. Com o objetivo de valorizar a importância da vida plena, da atenção ao próximo e do cuidado com a saúde física, mental e espiritual, foi lançado em São Paulo o Doadores de Sabedoria. A iniciativa reúne depoimentos de pacientes, familiares e amigos que passaram por esta situação. As declarações são narradas no programa Conte sua História, do Museu da Pessoa, e ficarão disponíveis nos sites do Doadores de Sabedoria, do Instituto Oncoguia, da in Futuro e na página do museu.

 www.doadoresdesabedoria.com.br

Web Série sobre Educação e Voluntariado

O projeto Canta Brasil apresenta a web Série sobre Educação e Voluntariado. A primeira temporada, com nove episódios, foi gravada em quatro cidades catarinenses e na capital Florianópolis (SC), e também na Região Metropolitana e no interior do Rio Grande do Sul. A iniciativa mostra os dias temáticos do programa Amigos da Escola que aconteceram durante o ano de 2011, promovendo a conexão entre a Família, Escola e Comunidade. Para a realização do trabalho, a equipe visitou 12 escolas durante 8 meses. Aproximadamente 15 mil crianças participaram das gravações que apresentam os bons resultados pedagógicos das escolas públicas brasileiras. Os episódios estão disponíveis gratuitamente na internet.

 www.cantabrasileae.org.br



 Radar

Uma nova geração no franchising


A obra *Uma nova geração no franchising* (143 págs., R\$ 35) faz um resgate histórico da trajetória da responsabilidade social e da sustentabilidade no setor de franquias, que culminou em um novo modelo de negócios conceituado por Tieghi como "franchising de sexta geração". Quer dizer: redes de franquias cujo planejamento estratégico e gestão levam em consideração os aspectos da sustentabilidade empresarial. O livro mescla a narrativa em terceira pessoa com depoimentos do autor e de outros personagens do franchising brasileiro. Ele também contextualiza o desenvolvimento da Responsabilidade Social Empresarial no franchising diante do panorama nacional e traz o pensamento de importantes autores.

 www.afras.com.br



Gerenciamento de Projetos no Terceiro Setor

O livro *Gerenciamento de Projetos no Terceiro Setor* (140 págs., R\$ 49) desenvolve uma análise compreensiva sobre o assunto, procurando entender convergências e divergências para construir uma visão mais abrangente. Iniciando com a demonstração do que se entende por Terceiro Setor, passa por uma revisão de conceitos importantes e basilares do Gerenciamento de Projetos, além de temas como gestão e planejamento estratégicos, seleção de projetos e metodologias de gestão. Ao abordar tais questões, foram reunidas visões de autores tanto do Terceiro Setor quanto das áreas de administração e especificamente de Gestão de Projetos. Entre outros assuntos, destacam-se: Um importante tópico sobre o que é sucesso em projeto do Terceiro Setor.

 www.braspot.com.br



Terceiro Setor e Parcerias na Área de Saúde

A obra *Terceiro Setor e Parcerias na Área de Saúde* (283 págs., R\$ 65) é um aperfeiçoamento do desenho jurídico das diferentes formas de parceria, a identificação das variadas demandas de gestão e controle presentes na área de saúde pública e o reconhecimento dos limites e condicionamentos que esses vínculos devem respeitar diante das especificidades do Sistema Único de Saúde. Além destes, temas relacionados ao próprio direito fundamental à saúde e à judicialização do acesso à saúde no Brasil permeiam o rico debate em curso no país sobre novas e melhores formas de atendimento ao cidadão. A coletânea reúne trabalhos jurídicos, de gestão pública e estudos de caso, de notável atualidade e qualidade, elaborados em razão da participação dos autores no II Seminário Terceiro Setor e Parcerias na Área de Saúde.

 www.editoraforum.com.br



Ser Voluntário um Estilo de Vida

A obra *Ser Voluntário um Estilo de Vida* (R\$ 174 págs., R\$ 17,80) apresenta uma reflexão simples e fundamentada sobre o voluntariado, unida a uma proposta concreta para fazer do voluntariado não apenas uma ação esporádica, mas um estilo de vida. Mostra que o voluntariado é uma tarefa, ampla e abrangente, que não se esgota na bondade, generosidade ou entrega, mas está voltada para responder às necessidades emergentes da sociedade atual. A obra é indispensável não só para aquele que elege o voluntariado como forma de vida, mas representa, também, uma valiosa contribuição para as diversas organizações de voluntários, ONGs cristãs, grupos paroquiais e missionários.

 www.paulinas.org.br



Google Earth acompanha construção de hidrelétricas

Como todas as outras formas de energia, a proveniente das usinas hidrelétricas tem prós e contras. Ao mesmo tempo em que fornecem energia renovável e certo nível de segurança em relação à disponibilidade de água, elas também podem causar grandes danos ambientais, como alagamentos, poluição e alterações na desova de peixes. Interessado em entender os benefícios e as consequências das hidrelétricas, o Google Earth lançou uma ferramenta que leva aos usuários imagens dos principais locais de construção de hidrelétricas do mundo, para que cada um possa acompanhar os efeitos dessas mudanças sobre o clima.

 www.ecodesenvolvimento.org.br

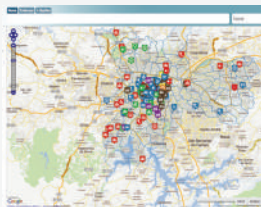
Programa mapeia pequenas e médias empresas sustentáveis

Uma parceria entre o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), e o Centro Integrado de Tecnologias da Informação (Citi) vai montar um programa de incentivo a projetos sustentáveis, mapeando pequenas empresas fornecedoras de tecnologias e serviços que possam ajudar grandes corporações a tornar seus processos de produção menos prejudiciais ao meio ambiente. A partir dessa plataforma, as corporações poderão procurar e contratar o serviço que mais se adequa às suas necessidades. As empresas de pequeno e médio porte terão mais visibilidade, podendo aumentar a sua rede de negócios.

 www.ces.fgvsp.br

Mapa da Participação Cidadã

A Rede Nossa São Paulo lançou o Mapa da Participação Cidadã, uma plataforma que tem por objetivo disponibilizar e cadastrar organizações que proporcionam formas de participação da sociedade e fortalecer as organizações sociais em São Paulo. No conteúdo apresentado no Mapa é possível buscar tipos de organizações, áreas de atuação, nome e endereço. Como algumas ONGs não possuem site, é necessária a participação da sociedade para enriquecer e auxiliar na atualização da plataforma. Durante o evento de lançamento, o coordenador do GT Democracia Participativa da Rede Nossa São Paulo, Maurício Piragino, lembrou que a concretização do Mapa era um sonho antigo dos integrantes do grupo.



 www.mapadaparticipacao.org.br

Games for Change

Os *games* podem ser mais do que uma simples diversão e ensinar cidadania e responsabilidade ambiental para as crianças. No site do *Games for Change* (G4C) é possível encontrar diversos jogos divertidos e socialmente responsáveis, entre eles o *Food Force*. No jogo, o usuário precisa trabalhar com amigos para entregar ajuda humanitária em diversos lugares do mundo atingidos por acidentes ambientais. A ferramenta incentiva o voluntariado e o amor ao próximo. Outro jogo que merece destaque é o *WeTopia*. Pelo Facebook, o jogador deve construir uma rede de cidades em que a felicidade dos cidadãos seja colocada em primeiro lugar.



 www.gamesforchange.org



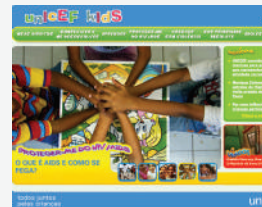
Facebook assume compromisso de usar energias renováveis

Em uma parceria com o Greenpeace, o Facebook anunciou um programa para promover a geração e o uso de energias limpas. O site de relacionamento comprometeu-se a mudar a sua forma de consumo, que deverá utilizar energias renováveis, e não fontes mais poluentes. Além disso, ela também passará a ter uma política de preferência ao acesso de fornecimento à energia limpa e renovável para seus futuros centros de dados. "O Facebook acredita que nossas matrizes energéticas um dia serão limpas e renováveis, e trabalhará com o Greenpeace para que este dia chegue mais rápido", explicou Marcy Scott Lynn, do programa de sustentabilidade da rede social.

 www.ecodesenvolvimento.org.br

Unicef Kids

O site infantil em língua portuguesa *Unicef Kids* disponibiliza de maneira lúdico-embasada, informações sobre os direitos infantis e um espaço de debate e livre expressão para as crianças. Super ilustrado, o portal é um convite ao interesse das crianças, que podem acessá-lo e entrar em contato com seus direitos de maneira divertida. "Quisemos mostrar crianças reais, como aquelas que visitarão o nosso site – meninas e meninos das mais diferentes idades, das mais diferentes etnias e regiões do Brasil, com e sem deficiência. Nossas crianças de verdade", explica Marie-Pierre Poirier, representante do Unicef no Brasil, sobre as fotos expostas no site.



 www.unicefkids.org.br

LET'S

Há pouco menos de três meses, o empresário André Gabriel lançou o site LET'S, com o objetivo de permitir que boas ideias voltadas para a área social, de meio ambiente, educação, esporte e cultura sejam colocadas em prática. Mas a forma como esses projetos são patrocinados ainda é novidade no Brasil: pelo conceito de *crowdfunding*, ou seja, financiamento colaborativo de internautas, o que permite a qualquer pessoa se tornar um apoiador "abraçando" uma (ou mais) das causas oferecidas no site. E cada internauta pode optar pelo valor a ser investido no projeto, pois a ideia é que cada um contribua com o valor que julgar necessário ou viável.



 www.lets.br

Fevereiro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
2	Venda de produtos e serviços e outras formas de geração de renda	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
3	Formação e motivação de equipes interdisciplinares de organizações sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
6	Fundraising digital: como implementar um programa de sucesso no Brasil	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
7	A violência doméstica e a exploração sexual infanto-juvenil	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
9	Conselho consultivo: como montar, manter e potencializar a instituição	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
14	Marketing Digital para ONGs+++	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
16	Editais internacionais de financiamento a projetos sociais no Brasil	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
27	Siconv para comunidades terapêuticas: obtenção de recursos federais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Março

Dia	Evento	Local	Realização	Info
1	Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
2	Captação de recursos por meio de incentivos fiscais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
5 a 8	I Conferência Internacional de Ética e Direitos Humanos	Maringá – PR	Humanitas Vivens	www.humanitasvivens.com.br (44) 3046-4667
6	Estruturação, planejamento, regularização e sustentabilidade de Oscips	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
8	Desenvolvimento e organização de pequenas e médias ONGs - Programa prático	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11 a 14	Colóquio Internacional Culturas Jovens Afro-Brasil América: encontros e desencontros	São Paulo/SP	Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (EA-FEUSP)	www.usp.br (11)30913574



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos
de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor*

www.sergiomonello.com.br

Dia	Evento	Local	Realização	Info
13	Recursos federais pelo Plano Plurianual de Investimentos e pela LDO	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
14	Marketing e Captação de Recursos: oportunidades e alternativas criativas	Salvador/BA	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
15	Dependência Química e Prática Profissional	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
16	Mídias Sociais e ferramentas web: mobilização de pessoas e recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
23	Elaboração de Projetos Sociais pelo Marco Lógico (Logical Framework Approach)	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
27	Crowdfunding: uma nova ferramenta de captação de Recursos pela internet	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
29	Como planejar e organizar eventos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
30	Como criar e manter o Núcleo de Mobilização e ação social nas organizações religiosas	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Abril

Dia	Evento	Local	Realização	Info
3	Captação de profissionais para ONGs	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
5	Controladoria e Planejamento para a administração financeira de projetos sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11	Campanhas de comunicação e planejamento de marketing para captação de recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
17	Direito do Trabalho e o vínculo empregatício no Terceiro Setor	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
19	Incentivo ao esporte: a captação de recursos por meio de incentivos fiscais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
20	Estruturação de um Departamento de Captação de Recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
26	Desenvolvimento comunitário e o impacto do trabalho com famílias	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
27	Elaboração de Projetos para Editais da União Europeia	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP

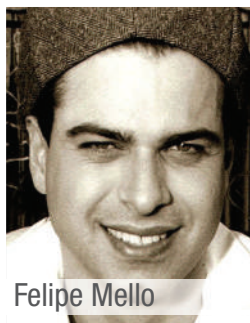
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF

Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

(11) 3872.1195

Apostas para a nova rodada



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Chegou chegando, pés embalados por movimentos constantes, conquistando de maneira inapelável o seu espaço. Em alguns, causou susto; em outros, incômodo; e em outros, ainda, alegria. O fato é que a nova rodada de tempo se estabeleceu: 2012. Muito já se falou sobre as previsões apocalípticas para o ano. Na falta de confirmação do evento, contudo, optei por fazer as costumeiras reflexões que tanto combinam com os novos ciclos.

Meus desejos normalmente orientam as minhas apostas quando o assunto é o planejamento das ações futuras. Como o campo do desejo é menino trigueiro, procuro fazer laços entre aquilo que quero, posso e devo. Há algum tempo eu li algo que me causou uma perturbação interessante, vitamina amargamente nutritiva, a partir das palavras do filósofo alemão Arthur Schopenhauer. Ele apresenta uma analogia que aproxima a vida humana

a um pêndulo, que transitaria entre a frustração e o tédio. A primeira estaria relacionada aos momentos em que desejamos algo sem ainda possuí-lo. O segundo, aos momentos pós-conquistas, quando já temos o que desejávamos e nos damos conta de que a força do desejo era maior que a capacidade de satisfação decorrente da conquista. Desejávamos pelo fato de não termos, e quando conquistamos deixamos de desejar por já possuímos.

Quem me ajudou com a digestão da provocação foi Nietzsche, também filósofo e também alemão. Ele discordou de Schopenhauer,

pois acreditava na possibilidade de escaparmos do pêndulo a partir da nossa vontade, da paixão pelo nosso destino. Ele chamou isso de amor *fatti* (destino), pelo qual podemos encontrar cor até mesmo na dor. Não se trata de negar a dor, mas de exercitar a musculatura da resiliência, termo que vem da Física

Muito já se falou sobre as previsões apocalípticas para o ano. Na falta de confirmação do evento, contudo, optei por fazer as costumeiras reflexões que tanto combinam com os novos ciclos




e nos inspira a considerar a possibilidade de respondermos às pancadas e desafios por meio de respostas criativas. Ele fala, ainda, de aprendermos a dançar no caos. Eu quero dançar no caos.

Minhas apostas principais para 2012: alegria e empatia. A primeira eu quero construir diariamente, arrancando a catarata que por vezes nubla minha visão. Estou certo que também neste ano verei situações que não me agradam, mas sinto que posso lidar muito melhor com elas se estiver atento à beleza simples das flores que se encontram na paisagem de meu caminho. Pode até ser filosofia de boteco. Possivelmente é mesmo, e não vejo nada de errado nisso. Até porque os papos de boteco muitas vezes são mais interessantes e sinceros que muitos grupos de pesquisa acadêmicos. Não se trata de ser inocente a ponto de achar que o mundo é perfeito. Perdoe-me, Pollyanna, mas ele não é. Tampouco se trata de ser perverso a ponto de ignorar as cores, cheiros e sabores cotidianos. Quero meus sentidos disponíveis para captar os estímulos nutritivos que me auxiliarão na travessia rumo ao futuro.

Além da alegria, a empatia. E por meio desta, pretendo compartilhar a potência criativa, a partir da

desafiadora tarefa de me colocar cada vez mais no lugar do outro. Construir pontes que substituam os muros, especialmente por meio do diálogo compreensivo, permitindo-me visitar universos distintos daqueles que habitam as cercanias do meu umbigo. Ufa! Apesar de apenas duas apostas para 2012, considero-as radicais e pretensiosas. Certamente demandarão de mim os melhores esforços.

Há alguns dias reuni palavras em forma de poema. Deixo o final deste texto sob responsabilidade delas, desejando ao estimado leitor conquistas múltiplas nessa nova rodada, especialmente orientadas pela alegria e empatia.

Tô de alma lavada com a vida levada que ando levando. Abraçando meu plano, plantando leveza nos anos de estrada. Colhendo beleza na porta de entrada da casa que é minha, que tem no jardim sorrisos sem fim pra você e pra mim. Que venha mais chuva, espalhada por vento e tingida de uva depois do fermento. Sinto cheiro de alma limpa. Sinto gosto de vida doce. Sinto que sinto bem, cada vez melhor, o que eu quero pra dois mil e doze. 



Fundação Abrinq

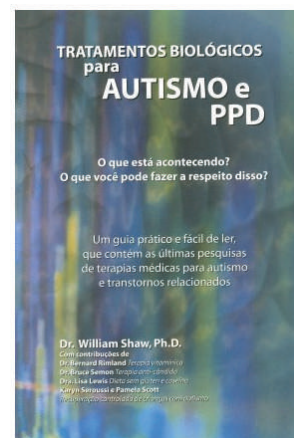
A Fundação Abrinq é uma instituição sem fins lucrativos e foi criada em 1990, com o objetivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da infância e da adolescência. Seu trabalho é pautado pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança, da ONU; pela Constituição Federal Brasileira; e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A entidade, que é regida por princípios como ética, transparência, solidariedade, diversidade, autonomia e independência, tem a missão de promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes por meio de ações focadas em educação e promoção da qualidade de vida.

www.fundabrinq.org.br

Associação de Amigos do Autista

A Associação de Amigos do Autista (AMA) foi fundada em 1983 por um grupo de pais, a maioria com filhos autistas pequenos. Desde o início, decidiu-se que a AMA teria um papel social e de pesquisa amplo. A missão da entidade é proporcionar à pessoa com autismo uma vida digna, com direito à saúde, trabalho, lazer e integração social, bem como oferecer aos seus familiares instrumentos para a convivência no lar e em sociedade. A AMA busca ainda promover e incentivar pesquisas sobre o autismo, difundindo o conhecimento acumulado.

www.ama.org.br



Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual

A Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e sem vínculos políticos ou religiosos. Foi fundada em 1991 pelo casal Victor e Mara Sialuys – pais de uma garota cega – e por um grupo de profissionais atuantes na área. Desde o início, o foco de atenção não foi apenas o atendimento individual da criança, mas a educação e inclusão como um todo, num trabalho centrado também na família, escola e comunidade. Atualmente, o atendimento educacional especializado é desenvolvido por meio de ações de complementação e suplementação educacional visando questões muito mais amplas como empregabilidade, cultura e lazer das crianças, jovens e adultos com deficiência visual. A associação atendeu mais de 9 mil famílias de todo o Brasil e do exterior e tem 600 crianças, jovens e adultos integrados em algum tipo de programa ou serviço.

www.laramara.org.br

Aliança Internacional do Animal

A Aliança Internacional do Animal (Aila) nasceu, em 1999, como um projeto de responsabilidade social e evoluiu para uma entidade filantrópica não-governamental, sem fins lucrativos, com o objetivo de defesa dos direitos dos animais, propondo ações educativas junto às comunidades, especialmente as carentes, em todo o Brasil. A entidade assume uma postura construtiva, denunciando o desrespeito contra a dignidade dos animais, ao mesmo tempo em que propõe e desenvolve ações concretas e viáveis para solucionar os problemas identificados, protegendo os animais de ações perversas, praticadas pela sociedade.

www.aila.org.br



Seteco há 45 anos agregando valor na gestão de negócios

A competência de uma organização pode ser medida pela qualidade e grau de exigência, quanto a coerência e precisão de um trabalho contábil.

Dedique-se ao seu negócio e terceirize com a **SETECO**, especializada nos segmentos indústria, comércio, serviços e terceiro setor.

- ✓ Terceirização contábil, fiscal e trabalhista (Outsourcing)
- ✓ Prevenção e mitigação de riscos (Compliance)
- ✓ Automação, integração e administração de controles internos (BPO)
- ✓ Consultoria empresarial e tributária (Tax)
- ✓ Sistema Integrado de Gestão (ERP)
- ✓ Imposto de renda pessoa física
- ✓ Abertura de empresa e alterações contratuais



Treinamentos em Gestão Social



São Paulo - SP
2 de fevereiro

Venda de produtos e serviços e outras formas de geração de renda para projetos sociais

Danilo Brandani Tiisel, Michel Freller

3 de fevereiro

Formação e motivação de equipes interdisciplinares de organizações sociais

Maria Iannarelli

6 de fevereiro

Inovação em fundraising: experiências latino-americanas para implementação de um programa de sucesso no Brasil

Marcelo Iniarra Iraegui

7 de fevereiro

A violência doméstica e a exploração sexual infanto-juvenil

Margarete Freitas

9 de fevereiro

Conselho consultivo: como montar, manter e potencializar a instituição

Marcelo Estraviz

14 de fevereiro

Marketing digital para projetos sociais

Marcio Okabe

16 de fevereiro

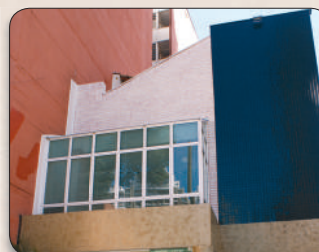
Editais internacionais de financiamento a projetos sociais no Brasil

João Paulo Vergueiro

27 a 29 de fevereiro

Siconv para comunidades terapêuticas: obtenção de recursos federais

Fernanda Lyra, Rosana Pereira



Venha conhecer a nova estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA
filantropia
& gestão social

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2281-9643

dialogo@dialogosocial.com.br

diálogo
social



Acesse o site pelo seu smartphone